



**III Semana de Geografia do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *Campus Iguatu***

ANAIS DA III SEMANA DE GEOGRAFIA DO IFCE IGUATU

TEMA
Cidade e cidadania em tempos de crise
09 a 11 de dezembro de 2020

v. 2
2020



**ANAIS DA
III SEMANA DE GEOGRAFIA
DO IFCE IGUATU**

ISSN

Anais da III Semana de Geografia do IFCE Iguatu, Iguatu - CE, v. 2, p. 01-85, 2020.

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

EXPEDIENTE

REITOR

Virgílio Augusto Sales Araripe

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* IGUATU

Dijauma Honório Nogueira

DIRETOR DE ENSINO

Joaquim Branco de Oliveira

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Francisco Francinildo de Oliveira

DEPARTAMENTO DE ENSINO

Francisco Héber da Silva

DEPARTAMENTO DE PESQUISA, PRODUÇÃO E EXTENSÃO

Carlos Newdmar Vieira Fernandes

COORDENADOR DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Francisco Nataniel Batista de Albuquerque

REALIZAÇÃO

Curso de Licenciatura em Geografia – IFCE Iguatu

COMISSÃO ORGANIZADORA

Cleiton Marinho Lima Nogueira (coordenador)

Amanda Alboíno

Cláudio Antônio Soares Damasceno

Cleanto Carlos Lima da Silva

Francisco Nataniel Batista de Albuquerque

Leandro de Castro Lima

Marcos Antônio da Silva

Rosani de Lima Domiciano

COMISSÃO CIENTÍFICA

Cleanto Carlos Lima da Silva

Cleiton Marinho Lima Nogueira

Francisco Nataniel Batista de Albuquerque
Leandro de Castro Lima
Marcos Antônio da Silva
Rosani de Lima Domiciano

LOGOMARCA DO EVENTO

Cláudio Antônio Soares Damasceno

FORMATAÇÃO

Francisco Nataniel Batista de Albuquerque

Nota: A revisão dos textos é de inteira responsabilidade dos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S471 Semana de Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *Campus* Iguatu (3. : 2020 : Iguatu, CE)
Anais da III Semana de Geografia do IFCE Iguatu [recurso eletrônico] / Instituto Federal do Ceará – *Campus* Iguatu; Cleiton Marinho Lima Nogueira (coordenador). — Iguatu, CE: IFCE, 2020.
85 p.

ISSN

Tema: Cidade e cidadania em tempos de crise.
Evento realizado entre os dias 9 e 11 de dezembro de 2020.

1. Geografia - Brasil. 2. Cidadania. I. Instituto Federal do Ceará – *Campus* Iguatu. II. Nogueira, Cleiton Marinho Lima (Coord.). III. Título.

CDD 910

Elaborada por Rosana de Vasconcelos Sousa — CRB-3/1409

APRESENTAÇÃO

O curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal do Ceará – Campus Iguatu foi implantado no ano de 2018 com o objetivo de formar professores para atuação no sertão centro-sul cearense. Desde então, o curso tem buscado desenvolver ações que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino público, através da formação de professores com compromisso ético e social.

Entre essas ações, anualmente o curso realiza a **Semageo – Semana de Geografia do campus IFCE Iguatu**. A semana tem como objetivo divulgar amplamente o conhecimento geográfico sobre sociedade e natureza, criando espaços para a realização de debates sobre temas contemporâneos a partir da leitura geográfica. Nos últimos dois anos foram abordados no evento temas que valorizaram a pluralidade, a diversidade social, étnica, cultural e a preservação dos bens naturais.

ANTECEDENTES

A I SEMAGEO (2018) teve como tema “Reflexões sobre o papel da Geografia na atualidade”. O objetivo do evento foi apresentar a importância do conhecimento geográfico para a comunidade do sertão centro-sul e as possibilidades que a formação de uma licenciatura em Geografia apresenta. O evento contou com a participação de professores da Universidade Federal do Ceará e Universidade Regional do Cariri e profissionais do setor público e privado.

A II SEMAGEO (2019) deu ênfase aos conflitos ambientais e a reflexão sobre o papel dos profissionais em geografia na análise crítica dos problemas ambientais locais, regionais e globais. O tema da semana foi “Geografia e conflitos ambientais no Brasil: qual o papel da científico e escolar da geografia nesse contexto?”. Foi discutido como podemos participar ativamente da transformação da realidade a partir da nossa atuação. O evento contou com a participação de professores da Universidade do Vale do Acaraú e Universidade Federal do Rio Grande do Norte e pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco.

III SEMAGEO – “Cidade e cidadania em tempos de crise”

Em um contexto marcado por crises econômicas, políticas, sociais e ambientais, a III SEMAGEO traz como tema “Cidade e cidadania em tempos de crise”. A partir desse

tema foram realizadas palestras e debates sobre os problemas das cidades brasileiras na contemporaneidade. O tema se aproximou dos debates sobre cidadania e participação, considerando as demandas específicas de cada território urbano, a pluralidade cultural, ética e ambiental e recusando a ideia de um padrão único de cidadão brasileiro. No dia 09/12/2020 foi realizada a apresentação de trabalhos em três diferentes eixos: geografia humana, geografia física e ensino. O encontro ocorreu de forma remota, em virtude da crise provocada pelo vírus SARS-CoV-2. A utilização de meios virtuais para apresentação possibilitou uma maior participação de estudantes de diferentes estados brasileiros, com trabalhos caracterizados pela diversidade de temas e abordagens teóricas, e debates muito profícuos.

Os anais da III Semageo traz o registro desses trabalhos.

Atenciosamente

Comissão Organizadora

Prof. Dr. Cleiton Marinho Lima Nogueira,

Coordenador da III Semageo

Iguatu, 20 de abril de 2021

III SEMAGEO

Cidade e cidadania em tempos de crise

09 a 11 de dezembro de 2020

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO – FORMATO ONLINE

Inscrições (<https://www.even3.com.br/iiisemageo/>)

Transmissão no canal do YouTube do campus Iguatu ([youtube.com/IFCEcampusiguatu](https://www.youtube.com/IFCEcampusiguatu))

QUARTA (09/12)

14:00h – 18:00h: Sessão de trabalhos científicos

Eixo 1 – Geografia e sociedade

Eixo 2 – Estudos Geográficos da Natureza

Eixo 3 – Educação Geográfica e Ensino de Geografia

19:00h: Conferência de abertura

Cidade e cidadania em tempos de crise

Profa. Dra. Maria Adélia Aparecida de Souza (USP)

Mediador: Prof. Dr. Leandro de Castro Lima (IFCE Iguatu)

QUINTA (10/12)

14:00 – 17:00h: Mostra de Cinema

19:00h: Mesa-redonda 1

Cidade como negócio: poderes, resistências e conflitos

- Prof. Dr. Rodolfo Anderson Damasceno Góis (IFCE Crato)
- Prof. Dr. Tiago Estevam Gonçalves (IFCE Maranguape)

Mediador: Prof. Dr. Cleiton Marinho Lima Nogueira (IFCE Iguatu)

SEXTA (11/12)

14:00h – 17:00: Mesa-redonda 2

Cidades, vulnerabilidades, injustiças e conflitos ambientais

- Profa. Dra. Marília Natacha de Freitas Silva (Univ. de Alicante – Espanha)
- Profa. Dra. Alexandra Bezerra da Rocha (UFCEG Cajazeiras)

Mediadora: Profa. Dra. Natália Aragão de Figueredo (Colégio Militar Juiz de Fora/MG)

19:00h: Conferência de Encerramento

“A cidade que eu quero viver”

Preto Zezé (CUFA Global)

Mediador: Prof. Dr. Cleiton Marinho Lima Nogueira (IFCE Iguatu)

SESSÃO DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS

Data e Horário: 09/12 às 13h

Eixo 1 – GEOGRAFIA E SOCIEDADE

Professores responsáveis: Cleiton Marinho Lima Nogueira e

Leandro de Castro Lima

Local: Sala virtual (Sala 01)

Eixo 2 – ESTUDOS GEOGRÁFICOS DA NATUREZA

Professor responsável: Cleanto Carlos Lima da Silva

Local: Sala virtual (Sala 02)

Eixo 3 – EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E ENSINO DE GEOGRAFIA

Professores responsáveis: Francisco Nataniel Batista de Albuquerque,

Marcos Antônio da Silva e Rosani de Lima Domiciano

Local: Sala virtual (Sala 03)

SUMÁRIO

GEOGRAFIA E SOCIEDADE	10
POR UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA DOS CRIMES DE ÓDIO E VIOLÊNCIA CONTRA LGBTQIAP+ NO BRASIL Wilians Ventura Ferreira Souza; Carlos Alberto Feliciano	11
MAPEAMENTO DAS DENÚNCIAS: espacialização dos dados de violação do Disque 100 – Módulo LGBT Wilians Ventura Ferreira Souza; Carlos Alberto Feliciano	16
PUNK E O RECIFE: TERRITÓRIOS DE UMA CONTRACULTURA NA CIDADE Alexsandro Antônio de Miranda; Bruno Maia Halley	21
FORMAÇÃO TERRITORIAL DO DISTRITO DE JOSÉ DE ALENCAR – CEARÁ – BRASIL Charles Ibraim Cardoso Duarte; Jonas Lima Maciel; Cleiton Marinho Lima Nogueira	26
ESPAÇO URBANO E O CONCEITO DE LUGAR NA CIDADE DE CRATEÚS: MEU DIREITO DE HABITAR, DE VIVER, DE CONVIVER Francisco Leandro da Costa Soares; Antônio Adílio Costa da Silva	32
UMA SISTEMATIZAÇÃO DA SUINOCULTURA NO OESTE CATARINENSE SOB A ÓTICA DA GEOGRAFIA HISTÓRICA Clóvis Alceu Cassaro; Marlon Brandt	37
O CEMITÉRIO ENQUANTO UM LUGAR DE VIVOS: ESPAÇOS DE MEMÓRIA E AFETIVIDADE NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN Aldeíze Bonifácio da Silva	42
ESTUDOS GEOGRÁFICOS DA NATUREZA	47
ANÁLISE DA VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DO ESPAÇO URBANO DO MUNICÍPIO DE QUIXADÁ/CE Andreza de Lima Nobre; Débora Ribeiro dos Santos; João Luís Sampaio Olímpio	48
CRUZANDO OS SERTÕES DA MATA BRANCA: EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NA CAATINGA Adriana Silva Oliveira	52
ANÁLISE PRELIMINAR DA SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO ASSENTAMENTO URBANO JEAN SILVA EM QUIXADÁ/CE Antônio Jardel Passos de Oliveira; Francisca Andressa Wvictoria de Sousa Terto; Débora Ribeiro dos Santos; João Luís Sampaio Olímpio	56

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E ENSINO DE GEOGRAFIA	61
OS CONCEITOS DE BIOMA E DOMÍNIO MORFOCLIMÁTICO NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA DO 7º ANO DA REDE MUNICIPAL DE IGUATU, CEARÁ À LUZ DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) João Bandeira da Silva; Francisco Nataniel Batista de Albuquerque	62
A IMPORTANCIA DAS METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO SUPERIOR João Paulo Ricarte Pereira	67
GEOZINE MULTIESCALAR: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA AO ENSINO DE CARTOGRAFIA Jonas Lima Maciel; Cilianny de Lavor Alves; Francisco Nataniel Batista de Albuquerque	70
O ENSINO BÁSICO FRENTE A PANDEMIA DO COVID-19 Cícera Leite Mariano; Edcleide Gomes de Lima	76
BRINCANDO E APRENDENDO: A LUDICIDADE E OS SABERES GEOGRÁFICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL Lívia Thaysa Santos de Albuquerque Gama; Cirlene Jeane Santos e Santos	81

Eixo I
GEOGRAFIA E SOCIEDADE

POR UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA DOS CRIMES DE ÓDIO E VIOLÊNCIA CONTRA LGBTQIAP+ NO BRASIL

Wilians Ventura Ferreira Souza¹, Carlos Alberto Feliciano²

¹Discente do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente - SP, wilians.ventura@unesp.br; ²Pesquisador III pela FCT/UNESP de Presidente Prudente - SP, carlos.feliciano@unesp.br

RESUMO

O presente trabalho aborda de forma sistêmica e objetiva os procedimentos metodológicos utilizados durante a iniciação científica financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) intitulada “A produção e disputa pelo espaço a partir do corpo: luta e formação do movimento LGBT de Presidente Prudente – SP”. Nosso objetivo é tornar público o caminho percorrido para a construção de algo inédito, um banco de dados da violência e violação que lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, *queer*, intersexuais, assexuais e pansexuais sofrem diariamente, bem como evidenciar os movimentos de resistência através das manifestações políticas urbanas construídas por diferentes movimentos socioespaciais e socioterritoriais que constroem também diferentes tipos de ações a partir de suas intencionalidades. Esse resultado foi alcançado a partir do levantamento bibliográfico, pesquisa documental, trabalho cartográfico, modelização e criação de bancos de dados sobre três variáveis, morte, violação e ações de resistência.

Palavras-chave: Metodologia; LGBTQIAP+; Variáveis.

A QUESTÃO DO MÉTODO E DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: APRENDER FAZER FAZENDO

O objetivo das ciências sociais, como aponta Richardson (1999), é o desenvolvimento dos seres humanos, dessa forma, ela cumpre e detém um papel primoroso de construção de um saber tão complexo, que em seu primeiro momento está contido na aquisição do conhecimento, ao mesmo tempo, seu impacto é mais profundo na medida que o pesquisador avança nas discussões teóricas e conceituais, aplicando-as na realidade.

A necessidade contida na busca por explicitar a existência de relações dentro das ciências sociais, sobretudo, da pesquisa crítica é inevitável, a partir da relação de um elemento Y com um elemento X surge um produto, assim o pesquisador utilizará o método científico e os procedimentos e etapas metodológicas para desvendar, descobrir, ler e interpretar um conjunto de interações lidas aqui como relações, isto é, quais são as relações existentes entre o elemento Y e o elemento X?

Uma outra consideração importante acerca da pesquisa social é que o fenômeno ou objeto estudado deve ser algo perceptível, classificável e sensível, dessa forma quando buscamos compreender os elementos simbólicos, subjetivos e representativos contidos na Parada LGBTQIAP+ como uma ação de resistência por exemplo, partimos da experiência e experimentação de diferentes sujeitos que vivenciaram e ainda vivenciam a construção e o convívio em espaços como as paradas. Lemos, portanto, descrições subjetivas a partir das entrevistas semiestruturadas e dos questionários aplicados, assim é possível, mesmo que partindo de algo subjetivo, construir um cenário

em torno de símbolos e representações contidas em eventos com a temática da diversidade sexual e de gênero.

O método científico está impresso em nosso cotidiano ainda que não percebemos, quando cozinhamos e necessitamos da receita para nos orientar, quando compramos algum móvel e precisamos de um manual para montar e assim por diante. É notório a partir dos exemplos anteriores que o método científico faz parte do nosso dia a dia e somos orientados por ele, assim existe uma abertura para que o método científico quando possível potencialize as nossas práticas tornando-as mais fiéis, mais fáceis, melhoramos as nossas atividades e práticas a partir do método científico.

As ciências sociais de certa forma regrediu quando se adaptou a uma visão unidimensional da realidade a partir da influência do positivismo da escola norte-americana, que possuía uma visão e espírito centrada no funcionalismo, na ordem que leva ao progresso, na suposta neutralidade do pesquisador, entre outros elementos que levaram às ciências sociais a interpretar e a ler a realidade que nos cerca. No entanto, é a partir da segunda metade dos anos 60 que ocorrem mudanças significativas no campo das ciências sociais e o espírito crítico e reflexivo passa a ser incorporado por uma gama de pesquisadores ancorados pela visão crítica (BRANDÃO, 1988).

O materialismo histórico é concebido por Richardson (1999) como uma ideologia e ciência do marxismo que se opõe de forma clara ao positivismo e ao estruturalismo, os principais motivos dessa oposição estão contidos na compreensão e no olhar que esse método tem em relação à interpretação da natureza, ao olhar pela janela da ciência o materialismo histórico vislumbra a realidade e a partir da constatação do material aproxima-se do método e do estudo através da dialética.

A dialética está diretamente associada ao processo dialógico e construção dos contrários, caminha no sentido de refutar um processo ou interação a partir da redução do mesmo tornando-o verdadeiro ou falso, é o processo de desnudação do fenômeno, é retirado todo véu que esconde ou que nega a essência em si mesma e o elemento que antes estava escondido, é colocado à prova evidenciando seus reais processos e contradições.

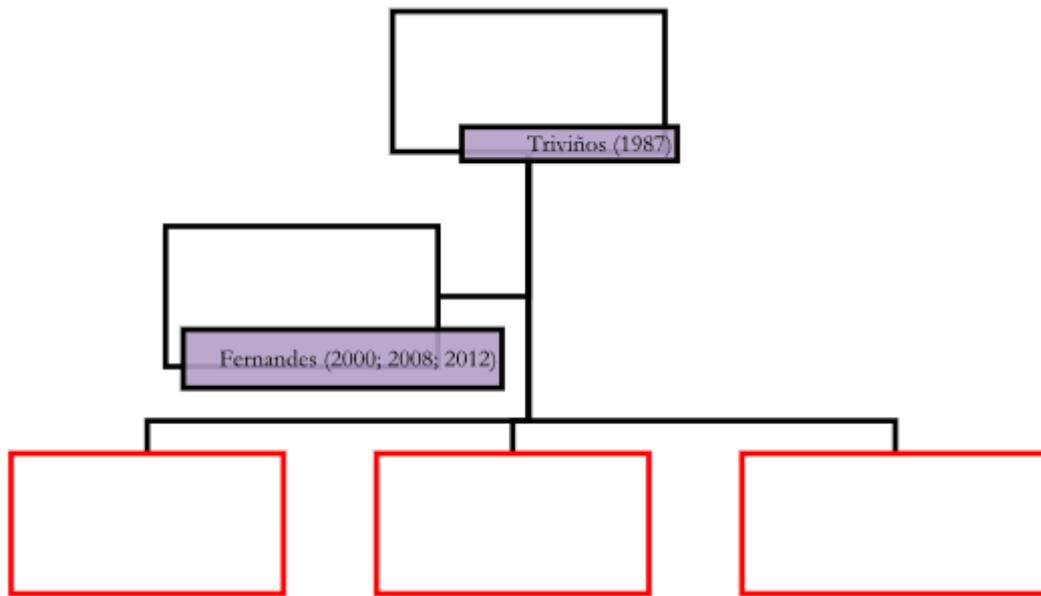
Assim, buscamos construir a pesquisa dentro do rigor necessário para comprovar a seriedade e a verdade contida nas linhas aqui apresentadas, partimos de uma abordagem dialética e buscamos entender como o movimento LGBTQIAP+ disputa espaços e constrói territórios.

O objetivo deste trabalho está centrado na exposição das etapas metodológicas que nos levaram a construir uma pesquisa pioneira em torno do Movimento LGBTQIAP+ dentro da geografia brasileira, partindo da análise de três variáveis: Grupo Gay da Bahia (GGB), Disque 100 – Módulo LGBT; Paradas – Grupo Dignidade.

ABORDAGEM CONCEITUAL, MÉTODO E PROCEDIMENTOS

Para a construção deste artigo utilizamos uma série de procedimentos metodológicos como: revisão bibliográfica, pesquisa documental, banco de dados, coleta e tratamento de dados, criação de cartografias, modelização cartográfica e trabalhos de campo.

Infográfico 1 – Abordagem conceitual x procedimentos metodológicos



Organização: Willians Ventura Ferreira Souza, 2020.

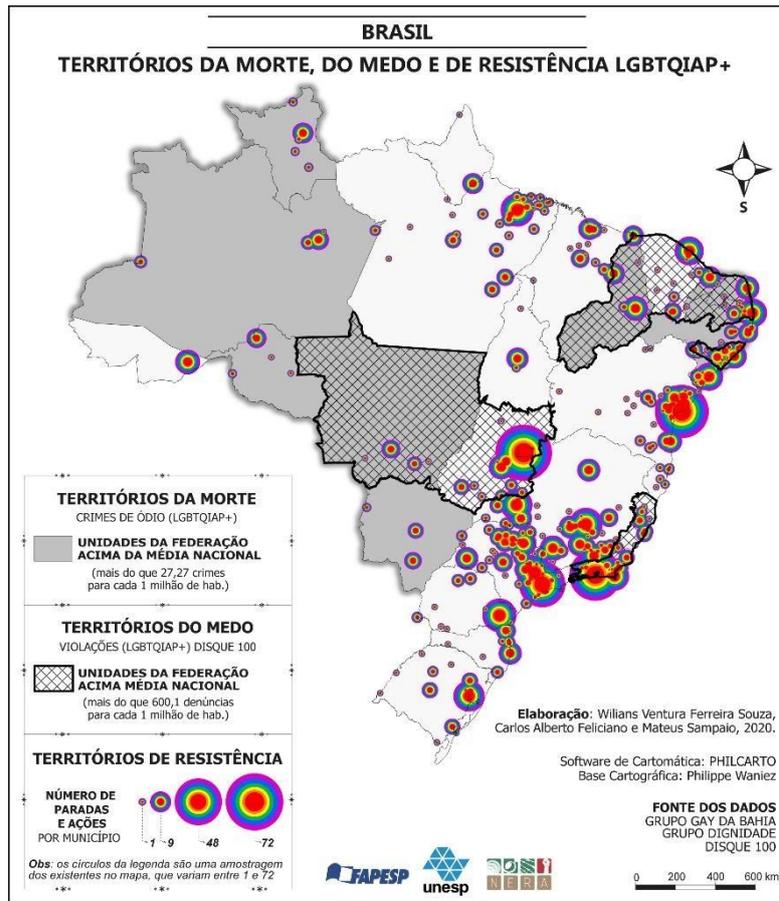
O Movimento LGBTQIAP+ brasileiro se colocou como importante ator na luta pelos direitos individuais, da sexualidade, de gênero, de liberdade e dos Direitos Humanos. Portanto, compreender como se deu o seu surgimento e quais as etapas que culminaram na sua criação é, sem dúvida alguma, um passo importante para chegarmos próximo daquilo que nos propomos a executar.

Os (as) autores (a) como Paris (2015), Ortolano (2015), Vieira e Costa (2014), Lacerda (2012), Fernandes (2018), Mota (2017), Maia (2012), Camarotti (2009), Coletto (2013), Conde (2003), Facchini (2000; 2003), levantados, foram essenciais para a leitura em torno da história do Movimento LGBTQIAP+ brasileiro, já que demonstram através de diferentes perspectivas e posicionamentos, as passagens realizadas pelo movimento durante o seu processo de construção histórica, assim, fortaleceram a nossa compreensão em torno do objeto, bem como a abordassem teórica e conceitual construída nesse campo de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como produto de toda a relação construída entre os movimentos socioespaciais e socioterritoriais de Presidente Prudente – SP e região, bem como dos dois anos de financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, o apoio do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA e a Rede DATALUTA, foi possível afinar o nosso conhecimento em torno das temáticas que permeiam a diversidade sexual em diferentes escalas. Apresentamos como produto final das três variáveis trabalhadas durante os dois anos da pesquisa o mapa síntese “Territórios da Morte, do Medo e de Resistência LGBTQIAP+”, um resultado inovador e que provocou inúmeras discussões dentro e fora dos grupos de pesquisa que estamos inseridos.

Mapa 1 – Territórios da Morte, do Medo e de Resistência LGBTQIAP+



Organização: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2020.

O mapa síntese “TERRITÓRIOS DA MORTE, DO MEDO E DE RESISTÊNCIA LGBTQIAP+” representa um avanço significativo na compreensão das mortes e processos de violação, bem como no surgimento, permanência e continuidade das resistências dos sujeitos sociais que surgem para enfrentar e combater as práticas de violência gerando territórios do medo e da morte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avançamos novamente no debate, tornando a compreensão em torno desses temas mais clara e fluída, realizamos uma desconstrução das ações realizadas pelo movimento LGBTQIAP+ brasileiro, sobretudo, a partir da sua ação mais visível, a Parada. A partir dessa leitura dialética foi possível compreender e evidenciar que o Movimento LGBTQIAP+ inicia suas ações a partir de estruturas simples e singulares e caminha para uma maior complexificação de suas ações a partir da abertura política e da redemocratização do país. Além de entender as ações de resistências, também identificamos os processos de violência e violação destinados aos corpos desses sujeitos, tudo isso foi possível a partir da construção de uma metodologia adequada, sendo possível, por fim, representar as três variáveis cartograficamente a partir do mapa 1.

REFERÊNCIAS

COSTA, B. P.; BERNARDES, Antônio. MICROTERRITORIALIZAÇÕES HOMOAFETIVAS NA CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP: O LAZER NOTURNO E AS RELAÇÕES DE INTERFACE. **Cidades (Presidente Prudente)**, v. 10, p. 30, 2013

EFREM FILHO, Roberto. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. **Cad. Pagu [online]**. 2016, n.46, pp.311-340.

FACCHINI, R. RODRIGUES, J. É preciso estar atenta (o) e forte: histórico do movimento LGBT e conjuntura atual. In. **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 231-262

FREIRE, Lucas. **A máquina da cidadania: uma etnografia sobre a requalificação civil das pessoas transexuais**. 2015. 192 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FERNANDES, B. M. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Ed. Especial. São Paulo: **Revista NERA**, 2012. p. 07-17.

FERNANDES, B. M. Sobre a Tipologia de Territórios. In: Saquet, Marco Aurélio; Sposito, Eliseu Saverio. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FILHO, J. S. **CONTRIBUIÇÃO À CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA GEOGRÁFICA DOS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E CONTENTIOUS POLITICS: PRODUÇÃO DO ESPAÇO, REDES E LÓGICA-RACIONALIDADE ESPAÇO-TEMPORAL NO BRASIL E ARGENTINA**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, São Paulo, 2016. 440 f.

LACERDA, Thiago William Felício. **A Parada LGBT e os espaços públicos: a afirmação da diversidade sexual em Campinas**. 2012. 153 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PARIS, Gisele; **Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro: um desfile-mobilização e suas estratégias comunicativas**. Rio de Janeiro, 2015, 156 p. Advisor: Janice Caiafa. Dissertation (Master's degree in Communication and Culture) — Communication School, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

VIEIRA, F. C; COSTA, M. L, A. A PARADA DO ORGULHO LGBT NO CALENDÁRIO DE EVENTOS DA CIDADE E NA GERAÇÃO DE NEGÓCIO PARA A REDE HOTELEIRA PAULISTANA. **Revista de Investigación en turismo y desarrollo local**, v. 7, n. 16, 2014.

MAPEAMENTO DAS DENÚNCIAS: especialização dos dados de violação do Disque 100 – Módulo LGBT

Wilians Ventura Ferreira Souza¹, Carlos Alberto Feliciano²

¹Discente do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente - SP, wilians.ventura@unesp.br; ²Pesquisador III pela FCT/UNESP de Presidente Prudente - SP, carlos.feliciano@unesp.br

RESUMO

O presente trabalho realiza uma discussão em torno dos processos de violência e violação direcionados especificamente aos corpos de pessoas LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, *queer*, intersexuais, assexuais e pansexuais). A partir do levantamento bibliográfico e da construção do banco de dados de violação foi possível mapear e identificar quais são os territórios que mais violam os direitos básicos dessa população no Brasil.

Palavras-chave: LGBTQIAP+; Mapeamento; Violação.

INTRODUÇÃO

Por meio de pesquisa documental etnográfica, a autora Da Costa (2016) realiza um mapeamento do fluxo de encaminhamento de denúncias de violação contra a população LGBTQIAP+, observando o módulo/categoria LGBT presente no Disque 100.

Essa leitura e observação, buscou entender como a denúncia é processada no âmbito institucional e quais determinantes que produzem interrupções e falhas no fluxo dos serviços, comprometendo o funcionamento adequado do serviço.

Verificou-se que o Disque 100, apesar de ter um módulo de denúncia voltado especificamente para o público LGBT, não tem sido capaz de levar a denúncia, para o campo da legitimidade, da inteligibilidade, para ser de fato ouvida pelo poder público. Ao contrário disso, o serviço tem sido ele próprio um impedimento à realização da denúncia. (COSTA, 2016, p. 5).

O quadro apresentado pelos dados disponibilizados pelo Ministério dos Direitos Humanos na plataforma disque 100 e, no módulo LGBT, evidenciam um processo de marginalização do corpo, vida e da subjetividade desses sujeitos. Nos apresenta uma violência explícita e implícita, que pouco possui respaldo da segurança pública e justiça, sobretudo, no que tange, as travestis e mulheres transexuais. No entanto, se ocorre a violação dos sujeitos até mesmo onde deveriam ser protegidos (as), há um erro, que precisa ser compreendido a partir da leitura em torno do formato e organicidade das instituições que realizam o agrupamento desses dados.

Portanto, surgem questões em torno de como as denúncias de violência contra pessoas LGBT são processadas e qual tratamento é destinado a elas? Como se dá o fluxo dessas denúncias no sistema de justiça criminal? Existem aspectos, para além das insuficiências inerentes ao campo da segurança pública e justiça que dificultam ou impedem o processamento dessas denúncias e a investigação dos casos? De que modo esses aspectos estão atravessados pelas dimensões de gênero e sexualidade? Estas dimensões constituem os mecanismos institucionais que compõem o fluxo?

Quando pensamos em um sistema ou uma organização social heteronormativa, devemos imaginá-la como um sistema que é legitimamente aceito, ao mesmo tempo que condena outras formas ou aparelhos, logo, a homofobia subjuga gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais e contribui para a manutenção das hierarquias sociais. As normas atuam, portanto, conferindo atributos positivos e posição de superioridade. Como aponta Da Costa (2016, p. 16), “as experiências LGBT são elencadas na hierarquia social como a fronteira do sexo considerado anormal, antinatural, pecaminoso e extravagante”.

No ano de 2000, o Disque Denúncia é aprovado em todo território nacional, e, em 2003, o Governo Federal assume as responsabilidades sobre o programa ao implantá-lo efetivamente. Em 2005, esse sistema é transferido para a Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), atual responsável pelo serviço junto à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, que passou a tê-lo como uma das principais estratégias de implementação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. Em 2006, esse canal amplo de denúncia se torna o Disque 100 (atual identificação). Como aponta Da Costa (2016, p. 83) “cria-se um sistema informatizado para o encaminhamento e monitoramento das denúncias; monitoramento que passou a ter uma cobrança mais efetiva de providências junto aos órgãos acionados”.

Os dados sobre a população LGBT sofrem um sério processo de subnotificação, no caso da população LGBT, as vítimas não tem a sua queixa atendida pelos órgãos receptivos, processo marcado pela violência institucional/homofobia institucional, além dos sujeitos relataram dificuldade de acesso aos equipamentos de segurança pública, Da Costa (2016, p. 59), relata que, “por vezes deixam de realizar a queixa por naturalizarem a violência sofrida, por desconfiarem da credibilidade das instituições públicas ou por desconhecimento dos canais oficiais de denúncia”.

Com a realização da exposição dos mapas, gráficos e tabelas, será possível observar alguns elementos que nos trazem dúvidas e desconfortos, como por exemplo a existência de estados que não notificaram nenhuma violação e outros, que aparecem em um ano ranqueados como um dos mais violentos e, no outro ano, como menos violento. Portanto, como entender essa movimentação? Será que de fato os estados que se apresentaram como menos violentos são de fato assim?

ABORDAGEM TEÓRICA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A LGBTQIAP+fobia é caracterizada pelo ato violento contra os sujeitos que pertencem a população LGBT, população que ano após ano sofre processos de estigmatização e violência. Segundo os dados disponibilizados pelo Grupo Gay da Bahia, no ano de 2018 foram mortos 420 LGBTQIs, isto é, morre um LGBTQIAP+ no Brasil a cada 20 horas, colocando o país na classificação dos grupos que mais violam os Direitos Humanos desta população, sendo o país que mais mata LGBTQIAP+ no mundo.

Antes de adentrarmos na análise dos dados das denúncias de violações contra LGBTQIs, é importante compreendermos o que é a violência explicitada nesses corpos, logo, o (MDH, 2016, p. 6) aponta que “a violência pode ser compreendida como qualquer rompimento da ordem ou quando há o emprego da força para impor uma ordem ou ideia”, ou seja, a violência se constitui enquanto forma de dominação ilegítima, que rompe com o bem-estar e com os direitos de uma determinada pessoa.

O que os dados tem nos mostrado MDH (2016) e GGB (2018), é que existe um aumento ou estabilização do número de violência praticadas contra LGBTQIs, mesmo que existam uma gama considerável de dados subnotificados. Mesmo com os dados e com

as denúncias, existem poucas ações de fato concretas por parte dos poderes públicos, para combaterem essa violência explícita nesses corpos.

A metodologia utilizada para a elaboração do relatório da violência contra a população LGBT, está prioritariamente centrado nos dados do Disque 100, produzidos pelo Governo Federal.

Com o surgimento de demandas em torno do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, foi criado no ano de 1997 um canal de recebimento de denúncias das mais diversas violências sofridas pela criança e pelo adolescente, canal que anos mais tarde foi denominado Disque 100.

Já no ano de 2018 o canal de denúncias foi ampliado, integrando também as denúncias por e-mail, sendo criada, também, uma central de Monitoramento, e houve a ampliação de 12 para 20 pontos de atendimento das centrais que recebem as denúncias.

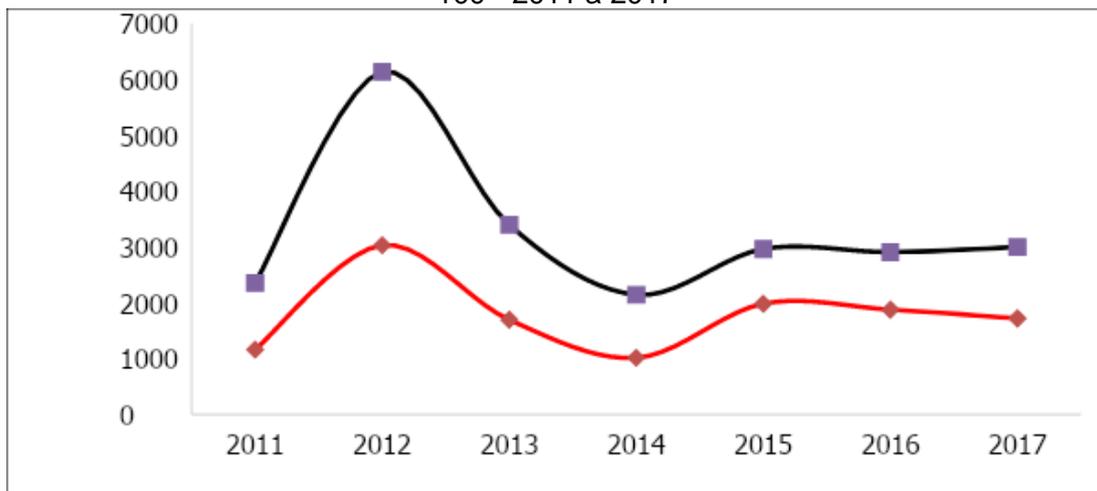
Com informações relevantes e categorizadas pelo Disque 100, tomamos como importante ferramenta a análise e a leitura dessas violências impostas as corpos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizamos uma filtragem das informações (já que são muitas informações), assim como o mapeamento das denúncias por estado e a elaboração de gráficos e tabelas que demonstrem os tipos de violação contra esses sujeitos.

Esse trabalho envolve o levantamento bibliográfico, pesquisa e análise de documentos públicos, organização dos dados de violação em planilhas e tabelas e, por fim, o trabalho cartográfico em torno dos dados coletados na plataforma do Disque 100 – Módulo LGBT.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O gráfico 1 apresenta a série histórica de denúncias e violações contra a população LGBT recebidas pelo Disque 100 ao longo do período de 2011 a 2017. Desde que essa ferramenta foi criada, o número de denúncias feitas na plataforma do Disque 100 teve um pico no ano posterior a sua criação com 3031 denúncias e 6136 violações, havendo depois constante queda até o ano de 2014 onde foram recebidas 1013 denúncias e 2143 violações, quando apresentou em 2015, um aumento de 821 denúncias em relação ao ano anterior e em 2016 uma queda de 107 denúncias, havendo também em 2017 uma queda de 156 denúncias.

Gráfico 1 - Número Total de Violações e Denúncias recebidas na plataforma do Disque 100 - 2011 a 2017

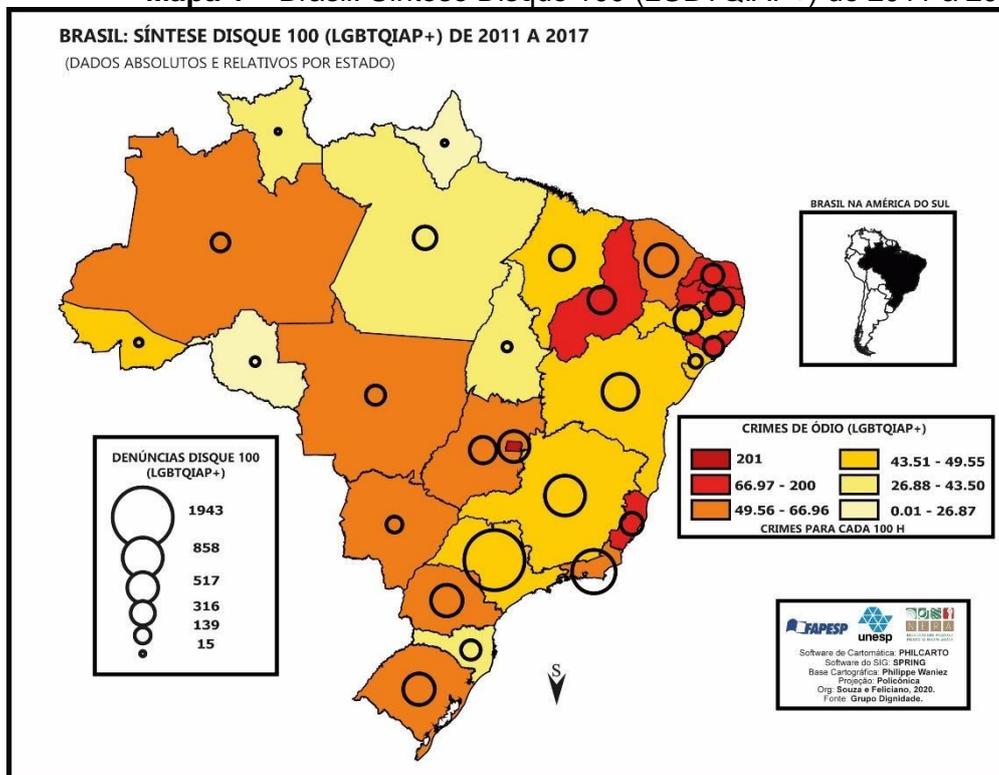


Fonte: Disque 100.

Organização: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2020.

Os dados referentes as violações praticadas contra sujeitos LGBTs são divididos em diferentes categorias dentro da plataforma do Disque 100 e dos dados disponibilizados. Inicialmente há uma distribuição do número de denúncias por estados, que divulgam o dado de duas formas: dados naturais que correspondem ao número absoluto de denúncias por estado e dados relativos que correspondem ao número de denúncias para cada 100 mil habitantes

Mapa 1 – Brasil: Síntese Disque 100 (LGBTQIAP+) de 2011 a 2017



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O número das denúncias relacionadas aos processos de violação (todas as tipologias de ações juntas) contra a população LGBTQIAP+ (mapa 1) em seus dados absolutos se concentrou, principalmente, no Sudeste e Nordeste.

O Estado de São Paulo acumulou o maior número de denúncias com um total de 1949 denúncias entre 2011 e 2017, seguido do Rio de Janeiro com 1013, Minas Gerais com 858 denúncias, Bahia com 690 denúncias e, por fim, Ceará com 556 denúncias.

No entanto, quando analisamos o número de denúncias para cada 1 milhão habitantes, temos uma outra configuração e uma outra leitura do mapa, representando os Estados mais perigosos e violentos. Relacionado ao número de denúncias para cada 1 milhão habitantes, tem-se o Distrito Federal como o mais violento concentrando 201 denúncias para cada milhão de habitantes, seguido do Piauí com 124 denúncias para cada milhão de habitantes, Paraíba com 95 denúncias, Rio Grande do Norte com 78,91 denúncias e, por fim, o estado do Espírito Santo com 74,82 denúncias para cada milhão de habitantes.

REFERÊNCIAS

DA COSTA, Nicole Gonçalves. **Do disque denúncia ao call center**: os limites do Disque 100 para a realização da denúncia de violência contra a população LGBT. 2016, 214 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, pós-graduação em psicologia, Belo Horizonte, 2016.

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS DO MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS. **Relatório de violência homofóbica no Brasil 2016**. Brasília, 2016.

Brasil. (2013). **Relatório de consultoria sobre o fluxo de encaminhamento do módulo LGBT do Disque 100**. Secretaria Direitos Humanos da Presidência da República.

PUNK E O RECIFE: TERRITÓRIOS DE UMA CONTRACULTURA NA CIDADE

Alexsandro Antônio de Miranda¹, Bruno Maia Halley²

¹Licenciado em Geografia pela UFPE, professoralexrecife@gmail.com ;

²Orientador da pesquisa e Doutor em Geografia pela UFF, bhalley@gmail.com

RESUMO

O trabalho tem por objetivo identificar e geografar as relações construídas entre o *punk* e o Recife, descrevendo os territórios da contracultura e suas territorialidades, que revelam usos, apropriações e disputas diversas envolvendo os adeptos do movimento e outros indivíduos e grupos sociais na cidade. Nesta análise, resgata-se o surgimento da cena *punk* no Brasil dentro do eclodir de contraculturas no mundo, suscitadas pelos movimentos sociais reivindicatórios das décadas de 1960-70. Em seguida, revisita-se a formação da contracultura *punk* no Recife, descrevendo as territorialidades e geossimbolismos da tribo urbana nos bairros centrais e periféricos da cidade. As estratégias territoriais dos *punks* iniciam-se nos próprios corpos de seus adeptos, marcados por variadas simbologias e discursos que compõem o ideário *punk*, e ganham as casas, as calçadas, esquinas e os bairros do Recife, externando diferentes usos, conflitos, retóricas e apropriações físico-materiais e simbólico-imateriais da tribo urbana na capital pernambucana.

Palavras-chave: Contracultura *punk*; territorialidade; Recife.

INTRODUÇÃO

Surgido nos Estados Unidos como mais um movimento cultural jovem, assim como os *beatniks* dos anos de 1950 e os *hippies* dos anos de 1960, a contracultura *punk* deu seus primeiros passos na década de 1970, associando novas formas de comportamento e pitadas de rebeldia à música. Influências diversas impulsionaram o advento da contracultura *punk* em sua estética, música e discurso. Neste período, ainda ecoava as revoluções juvenis, o ideal de liberdade de hippies e motoqueiros, a psicodelia dos festivais de música, e o *glam rock*, que juntos lutavam por suas causas, protestando contra o desemprego, a Guerra do Vietnã, a exclusão de jovens, entre outros aspectos. O arranjo desses elementos fomentaram as bases da contracultura *punk*, e, assim, de seus territórios, que surgiram nas entranhas da cultura, ressoando pelas cidades como música de protesto.

Nos anos de 1970, ícones dessa cultura eclodem, como a banda londrina *Sex Pistols*. Suas roupas, suas atitudes tidas como vexatórias, sua linguagem e suas letras alimentaram não só o ideário de garotos marginalizados, que buscavam no *punk rock* uma válvula de escape para as tensões, mas também, as páginas de diversos tabloides sensacionalistas. Neste instante, surgiam grupos de jovens londrinos que semiografavam territórios da cidade a partir de seus corpos, esteticamente marcados por cabelos moicanos coloridos, coturnos, jaquetas, calças apertadas, *pins* (alfinetes, pregos e parafusos pregados nas roupas, acessórios e no próprio corpo) e *patches* (pedaços de tecido impressos com mensagens, gravuras ou imagens relacionadas ao *punk*). Em alguns casos, a maquiagem também fazia parte do figurino.

A imagem do ser *punk* perdurou ao longo das décadas, carregando consigo uma estética da provocação, da autonomia e da politização. As primeiras aparições de integrantes do *punk* causaram perplexidade numa sociedade da regulação e das normas

de etiqueta regidas pelos modelos de comportamento hegemônico. A esse respeito, afirma Gallo:

As barreiras de classe, o conservadorismo, a discriminação e a falta de liberdade fomentaram a desesperança, seguida por uma atitude rebelde desses grupos que mergulhados na falta de perspectivas insurgiram-se utilizando a música como linguagem e como fator de identidade (GALLO, 2008, p. 750).

O inconformismo e as canções de protesto foram as bases para a politização do movimento *punk*. Segundo Moraes (2008, p. 07) “são os sentimentos de indignação e ódio [...] que constituem uma das bases da cultura *punk*”. Mas não de um ódio caótico, rancoroso e destrutivo, mas sim de um ódio transformado em ação política, como algo produtivo em busca da concretização de uma utopia consciente. O *punk*, portanto, assenta-se numa atitude racional e identitária, que acaba por materializar territórios de poder material e simbólico nas cidades.

Na construção de seus territórios e territorialidades, os *punks* entram em conflito com outros grupos sociais e instituições que defendem bandeiras de preconceito e repressão social, como os fundamentalistas, os militares, governantes, nacionalistas, *skinheads*, supremacistas brancos, neonazistas etc. Nestes confrontos, reafirma-se as ideologias e os territórios de disputas da contracultura *punk*, cujos corpos dos seus adeptos já se configuram num primeiro território de resistência, marcado por símbolos e discursos que compõem o ideário da contracultura. Dos corpos dos seus adeptos, as territorialidades do *punk* ganham as casas, calçadas, esquinas e espaços diversos de bairros populares e comunidades do Recife, externando diferentes usos, retóricas e apropriações materiais e imateriais.

São múltiplas, portanto, as territorialidades do *punk* nos espaços do Recife, em especial nas suas periferias urbanas, *lôcus* de resistências distintas de indivíduos e grupos sociais negligenciados pelas ações do Estado e pelos projetos das elites político-econômicas, que tentam escamotear o “lado sujo” da cidade. A partir da música de protesto e de identificação social, o *punk* reproduz microterritórios na cidade, estando imersos em territorialidades e “geossimbolismos” (BONNEMAISON, 2012), que expressam identidades libertárias e combativas.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

As proposições teórico-metodológicas do trabalho centram-se nos estudos desenvolvidos pela nova Geografia Cultural, onde se apreende o conceito de território a partir da ideia de “território geossimbólico”, de Bonnemaïson (2012), onde tudo nele contido possui uma identidade para os indivíduos e grupos sociais que o frequentam. No *punk*, o corpo se revela como primeiro território, recoberto por objetos simbólicos, identificadores desta “tribo urbana” (MAFESOLLI, 1988). Do corpo, os territórios dos *punks* alcançam as casas dos seus adeptos, como também as ruas e praças de bairros periféricos, afora alguns pontos de encontros em bairros centrais, como livrarias, bares, lojas de música, entre outros.

As escalas dos territórios do *punk* podem ser analisadas a partir da noção de “nanoterritórios” (SOUZA, 2013), que alude aos microterritórios da cidade. No Recife, os “nanoterritórios” da contracultura pontilham no espaço urbano, sobretudo nas áreas mais periféricas, onde se verificam estratégias identitárias dos seus adeptos, configurando-se em territorialidades, que correspondem a mecanismos de defesa, manutenção e proteção de um território, que podem comportar aspectos físico-materiais e simbólico-imateriais, segundo Haesbaert (2011). As territorialidades do *punk* também se revelam

na música produzida, nos *shows*, *gigs*, rolês, na divulgação dos *fanzines*, e nas ações de engajamento político. As territorialidades da contracultura, portanto, emanam tanto numa dimensão material como num campo eminentemente imaterial.

As noções de território e territorialidade são coadunadas à categoria bairro, na condição da porção do espaço marcado por relações sociais mais próximas, onde se constroem laços de parentesco, vizinhança e compadrio, que podem resultar em sentimento de pertencimento ao espaço de moradia (SERPA, 2007; CARLOS, 1996). Por estarem nas periferias, os *punks* acabam externando uma ligação identitária aos seus bairros de vivência, *lócus* de demarcações, de apropriações e de geossímbolos característicos deste movimento *underground*.

Além destes trabalhos, também revisitou-se estudos sobre a contracultura *punk*, como os de Gadêlha (2014), Moraes (2008) e Gallo (2008), procurando entender o surgimento do movimento em suas cidades embrionárias pelo mundo e pelo Brasil, inclusive no Recife. Também analisou-se os materiais produzidos pelos *punks*, seus *fanzines*, repletos de discursos e práticas que envolvem o movimento, didaticamente explicitados. Nestes folhetos, há indicativos dos pontos de encontro dos *punks* na cidade, fundamentais para geografar a contracultura no Recife.

Além deste procedimento metodológico, o trabalho também priorizou atividades de campo nos territórios da práxis *punk*, em especial nos bairros populares da cidade. As atividades basearam-se em técnicas etnográficas de uma pesquisa participativa, visitando os locais de encontros/festas *punks*, chamados de *gigs*, onde ocorrem ações solidárias, troca e venda de materiais, recitais de poesia e distribuição de *fanzines*. Também visitou-se reuniões e ações de panfletagem dos *punks*, oficinas culturais, ensaios e “rolês”, onde foram apreendidas outras singularidades em entrevistas, registros fotográficos e fílmicos, e em materiais impressos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os primeiros registros da cena *punk* no Brasil ocorreram na cidade de São Paulo, ainda na década de 1970, a partir das bandas Condutores de Cadáver, AI-5, Cólera e Restos de Nada. Nos anos 1980, surgiram bandas que formariam a atual vanguarda do *punk rock* nacional, como Inocentes, Olho Seco e Ratos de Porão. O movimento *punk*, portanto, se desenvolve no Brasil num contexto da Ditadura Militar (1964-1985), período em que as liberdades tanto ideológicas quanto de expressão estavam tolhidas pelas contenções do Estado repressor.

No Recife, o *punk* começou a passos curtos nos anos 1980, com poucos adeptos e parca circulação de material. Gadêlha (2014) menciona o bairro da Boa Vista como um *lócus* de expansão da contracultura *punk* na capital pernambucana, muito em razão da agitação no centro urbano, marcado por uma intensa vida comercial. No bairro estavam os endereços de encontro dos jovens da cena *punk*, que se reuniam em pontos de maior circulação de pessoas, nas principais lojas de discos, nas bancas de revistas e jornais, em espaços literários, como os sebos e livrarias, nos teatros e também nos cinemas. Apesar do estigma construído como indivíduos rudes e de pouca instrução, os *punks* se singularizam pelo elevado grau de consciência coletiva e pelo forte engajamento político e cultural, perfazendo uma contracultura consciente de sua autonomia e contrária àqueles que os tentam reprimir.

Além do centro urbano, o *punk* também se fazia presente nas periferias da capital pernambucana. Desde a década de 1980, a contracultura mobiliza indivíduos e grupos sociais nos bairros e comunidades pobres do Recife. Assim como o brega, o frevo, o

samba, e outros gêneros musicais, também o *punk* tem seu “nascido musical” nos bairros periféricos do Recife, verdadeiros epicentros de uma miscelânea musical. A contracultura é a confissão do morro, do beco, da comunidade, dos improvisos das ruas... Logicamente, o *punk* não surgiu no Recife, mas se fez presente nas geografias populares da cidade, e não apenas musicalmente, mas também de maneira político-cultural. Nos corpos dos *punks* e nas letras das canções revelam-se territorialidades de um grupo social, que ressalta a diferença na igualdade de direitos. Perfazem a vida dos seus bairros, envolvendo-se com as comunidades e amigos numa rica trama de relações sociais que denotam identidade territorial, conforme vislumbra-se nas figuras 01 e 02, que retratam os contatos tecidos pelo *punks* no Recife em seus territórios mais periféricos.



Figura 01 (à esquerda). “Rolê *punk*” no bairro de Casa Amarela, Recife.

Fonte: Alexsandro Antônio de Miranda, setembro de 2017.

Figura 02 (à direita): Os irmãos Alan e Dranze na preparação do penteado moicano (em referência a tribo indígena norte-americana Mohawk), no bairro do Ibura, Recife.

Fonte: Alexsandro Antônio de Miranda, janeiro de 2018.

Aqui e acolá, nos espaços mais afastados e nos bairros centrais do Recife, surge um *punk* ou uma tribo de *punks*, que vai se imiscuindo no espaço, dotando-o de certos usos e apropriações que perfazem a identidade *underground* na cidade. Eles realizam um “*rolê punk*”, entram em conflitos, demarcam territórios e fazem uso de diversas territorialidades, com suas calças rasgadas, jaquetas, tatuagens, *piercings*, botas ou tênis, *pins* e *patches*, entre outros, que se associam à rebeldia musical e discursiva do ser *punk*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença do *punk* nas periferias e espaços centrais do Recife confirmam a pluralidade de ritmos, sons e culturas que identifica a capital pernambucana. Há um Recife do brega, do brega-funk, do frevo, do maracatu, do Forró, do *manguebeat*, dentre outros ritmos, cada qual com suas temporalidades e espacialidades na cidade. O *punk* não possui a mesma ressonância musical destes outros ritmos. No entanto, seus adeptos se encontram pontilhando as periferias e os bairros mais centrais, procurando tornar visível uma geografia ainda invisibilizada a partir da delimitação de certos territórios de resistência, identidade e engajamento político e cultural, que se encontram imersos em territorialidades materiais e imateriais, indicativas da presença de uma tribo urbana que ressignifica certos espaços-territórios da cidade.

REFERÊNCIAS

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Geografia cultural** – uma antologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

GADÊLHA, W. **PEsado**: origem e consolidação do metal em Pernambuco. Recife: Edição do Autor, 2014.

GALLO, I. C. D. Punk: cultura e arte. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 24(40), jul/dez, 2008, p. 747-770.

HAESBAERT, R. Da multiterritorialidade aos novos muros: paradoxos da des-territorialização contemporânea. In: JESUS, E. de. (Org.). **Arte e novas espacialidades**: relações contemporâneas. Rio de Janeiro: F10 e Oi Futuro, 2011, v. 1, p. 54-65.

MAFESSOLI, M. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1987.

MORAES, E. de O. “A escrita punk como forma de subjetivação”. In: **Anais do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC**, Vitória-ES, 2008.

SERPA, A. **Cidade popular** – trama de relações sócio-espaciais. Salvador: EDUFBA, 2007.

SOUZA, M. L. de. **Conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

FORMAÇÃO TERRITORIAL DO DISTRITO DE JOSÉ DE ALENCAR – CEARÁ – BRASIL

Charles Ibraim Cardoso Duarte¹, Jonas Lima Maciel²,
³Cleiton Marinho Lima Nogueira

¹Discente do Curso de Licenciatura em Geografia do IFCE, *Campus Iguatu* ibraimcardoso60@gmail.com, ² Discente do Curso de Licenciatura em Geografia do IFCE, *Campus Iguatu* jonaslimamaciel@hotmail.com; ³Professor do Curso de Geografia do IFCE, *Campus Iguatu* cleiton.nogueira@ifce.edu.br

RESUMO

Este artigo objetiva realizar um resgate histórico da formação territorial do distrito de José de Alencar (Iguatu – Ceará) identificando a presença de objetos espaciais em sua configuração territorial que ajudam a revelar parte da história do distrito. O artigo apresenta o contexto e os principais agentes que atuaram na ocupação do território, com ênfase nos processos socioespaciais que ocorreram no final do século XIX e início do século XX, período em que se registra o crescimento populacional e econômico do distrito, em virtude do aumento da importância da produção de algodão na economia cearense. Os procedimentos de pesquisa incluíram: revisão bibliográfica sobre rede urbana cearense e pequenas cidades, análise de documentos históricos, religiosos, escritos e iconográficos, entrevistas com estudiosos da história de Iguatu e visitas a campo para identificação e mapeamento de objetos geográficos representativos da história do distrito. Conclui-se que a partir do resgate histórico do distrito de Alencar pode-se entender melhor os processos de formação da rede urbana cearense e dos pequenos aglomerados humanos no sertão nordestino.

Palavras-chave: Território; patrimônio; espaço geográfico.

INTRODUÇÃO

Localizado no sertão centro-sul cearense, o distrito de Alencar é um dos sete distritos do município de Iguatu e possui atualmente uma população de aproximadamente 8.220 habitantes (IBGE, 2010), com mais de 50 sítios na sua zona rural. Ao caminhar pelas ruas da sede, o transeunte, através da observação da paisagem, pode detectar a presença de objetos geográficos de diferentes temporalidades, como casarões antigos com arquitetura de influência europeia, uma igreja católica e diversas residências populares, além de uma linha férrea desativada que atravessa todo o distrito. No entorno da sede visualiza-se o predomínio de ocupações dispersas em que a terra é notadamente utilizada na agricultura de subsistência de baixa produtividade. Uma das principais marcas do distrito de José de Alencar é a confluência do rural e do urbano.

Compreende-se que as marcas espaciais presentes na paisagem distrito são momentos das relações sociais geografizadas. Contudo, essas marcas não sintetizam apenas processos que ocorrem atualmente no lugar, sendo necessária a compreensão de mudanças políticas e econômicas e culturais que ocorrem em outras escalas espaciais, em diferentes períodos históricos, para entender as formas espaciais e conteúdos sociais presentes no território do distrito.

Neste resumo serão apresentadas algumas marcas espaciais do distrito, o que Santos (2008, p. 140) entende como *rugosidades*.

Chamemos de rugosidade ao que fica no passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como forma isolada ou como arranjos.

METODOLOGIA

Este trabalho se divide em três partes. Na primeira, é realizada uma contextualização histórica e geográfica dos primeiros processos de ocupação do sertão nordestino e cearense. Na segunda, serão enfatizados os processos políticos e econômicos que influenciaram na formação das primeiras aglomerações humanas no atual território de Iguatu. Na terceira, serão apresentados alguns objetos espaciais (rugosidades) que marcam a configuração territorial do Distrito José de Alencar e ajudam a identificar os processos históricos importantes na formação do distrito.

A pesquisa se deu por meio dos seguintes métodos: revisão bibliográfica sobre rede urbana cearense e pequenas cidades, análise de documentos históricos, religiosos, escritos e iconográficos, entrevistas com estudiosos da história de Iguatu e visitas a campo para identificação e mapeamento de objetos geográficos representativos da história do distrito.

IGUATU, O DISTRITO JOSÉ DE ALENCAR E OS PRIMÓRDIOS DA REDE URBANA CEARENSE

As tentativas de colonização do território cearense aconteceram de forma tardia e o sistema de capitânicas hereditárias não promoveu a sua ocupação efetiva. Uma significativa apropriação do território só ocorreu no final do século XVII, mediante o crescimento da agropecuária e agricultura (especialmente a criação de gado). Dentre os fatores que contribuíram para isso, Nogueira (1985, p. 20) destaca:

Foram estes e outros, de resto, os primeiros passos que antecederam a entrada ao sertão – o sertão cheio de surpresas e obstáculos, sendo o maior destes a resistência indígena, em geral, hostil (e com razão) ao colonizador que fazia da violência e da ambição imoderada a base de seu sucesso.

A povoação do interior do Ceará se concretiza no final do século XVII com a implantação de fazendas para produção de gêneros subsidiários, especialmente próximo aos vales dos Rios Jaguaribe e Acaraú, onde ocorria uma maior disponibilidade de água. Essa proximidade era essencial para viabilidade da agropecuária no semiárido cearense,

A criação de redes que ligam os territórios de produção (sertão nordestino) e de consumo (litoral) tornou-se necessária para a incorporação do sertão nordestino na divisão colonial do trabalho. Sobre esse assunto Souza (2006, p.13) indica que:

as cidades surgem e evoluem inseridas nesse processo de expansão econômica. Alguns núcleos urbanos têm origem na implantação das atividades ligadas à defesa do território, evoluindo com a instalação das atividades administrativas como, por exemplo Fortaleza. Outros surgem com as fazendas de gado e o crescimento dos entrepostos comerciais e alguns com missões no período coloniais. (p. 13).

As terras que compreendem atualmente o município de Iguatu, antes do século XVII, eram habitadas majoritariamente pelos índios da tribo Quixelô, no entanto, havia também a presença dos autóctones da Tribo Jucás. A Ribeira do Quixelô (como eram chamadas as terras do atual município de Iguatu) teve seu primeiro núcleo de ocupação em 1681. As fazendas se localizavam próximas ao Rio Jaguaribe e a Lagoa do Quixoá favorecendo a produção agrícola e a criação de gado, atividades muito presentes à época (NOGUEIRA, 1985, p.32).

Com a ocupação da Ribeira do Quixelô, foram se constituindo no decorrer do século XVIII algumas fazendas e um povoado, inicialmente chamado de “Telha”, em razão das práticas de olaria muito presentes, que segundo Amorim (1996, p. 8) eram usadas para diversos fins como construção de abrigos e utensílios. O povoado de Telha, gradualmente ia se constituindo como uma centralidade regional, pelo seu nível de desenvolvimento econômico, de acordo com Nogueira (1985 p. 61) tais fatores culminaram em um dos mais importantes acontecimentos daquele povoado: a elevação à categoria de vila, havendo inúmeras mudanças no espaço urbano.

Fincando-se no binômio gado-algodão Iguatu apresentou nos anos posteriores (início do século XX), grande importância para o estado do Ceará. Os capitais oriundos da produção do algodão tornaram-se os grandes pilares para o desenvolvimento da cidade no início do século XX. Ao final da Guerra de Secessão a produção algodoeira estadunidense encontrava dificuldades para despontar novamente, some-se a isso a independência do Brasil que abriu os portos brasileiros para o exterior, aumentando os incentivos na industrialização e trazendo inúmeras consequências para Iguatu, como coloca Sousa (2020, p. 1801):

No início do Brasil imperial, com a abertura dos portos – quando ocorre uma internacionalização da economia e se inicia a industrialização brasileira de fato, resultante do processo global originado na Europa –, foram as relações com as outras nações, baseadas principalmente na exportação do algodão, que fomentaram o ciclo industrial.

Fatores esses como a implantação da linha férrea influenciaram a dinâmica de todo o município de Iguatu, incluindo o distrito de José de Alencar, A estrada de ferro corta o referido distrito, e segundo Wilson Holanda Lima Verde foi fundamental para o aumento das atividades econômicas mais elaboradas no distrito:

Essa estação deu vida ao antigo povoado que era em minúsculas proporções e com a chegada da estrada de ferro se desenvolveu em virtude dos operários que chegaram e das pessoas que começaram a habitar próximo à estrada de ferro. (LIMA VERDE, entrevista 01-02-2019).

LATIFÚNDIO, ESTADO E IGREJA: EXPRESSÕES ESPACIAIS NO DISTRITO JOSÉ DE ALENCAR

A história das primeiras ocupações das terras do atual distrito José de Alencar se confunde com a história de uma família: “os Holanda Montenegro”. Possuidores de grandes extensões de terra, a família detinha a maior parte do que hoje configura o distrito. Segundo Montenegro (2017, p. 402) a família comprou parte das terras da sesmaria de Jorge Mendes de Guimarães no início do século XIX e deu início a ocupação do distrito. Um dos objetos marcantes na paisagem é a permanência de uma das casas mais antigas do distrito: um grande casarão. Essa edificação está localizada nas proximidades da igreja. A casa destoa dos demais tipos de moradia presentes no lugar

(que possuem características mais simples). A arquitetura do casarão, embora pareça simples para os padrões das grandes cidades coloniais, apresenta elementos que revelam a influência da cultura Europeia, com formas que remetem à *art déco* do sertão.

A religiosidade também foi um fator determinante nas relações de poder e transformações espaciais do distrito, em decorrência disso a primeira capela foi construída em 1918, nas terras de Raquel Montenegro, como pagamento de uma promessa. Sendo assim a implantação da Igreja no distrito também se entrelaça por influência da família Montenegro.

A ação do Estado em Alencar contribuiu significativamente para seu desenvolvimento. A construção de Açudes e obras públicas no fim do século XIX, assim como a estação da linha férrea para escoar a produção de algodão, em 1916, a chegada da energia elétrica a diesel em 1953 e a construção da Maternidade foram algumas das transformações engendradas pela ação do Estado, em associação com famílias da elite local. Um conjunto de objetos geográficos do final do século XIX e da primeira metade do século XX ainda está presente na paisagem (como evidenciado no mapa abaixo) e ajuda a recompor parte do processo de ocupação do distrito através da sua história registradas em formas espaciais.

DISTRITO JOSÉ DE ALENCAR - IGUATU - CEARÁ - BRASIL (2018)



Figura 1. Imagem de satélite do distrito José de Alencar, destacando os principais patrimônios materiais do distrito.

Fonte: Autores (2018)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a partir do estudo da formação da rede urbana cearense pode-se compreender como se deu o processo formação territorial de Iguatu e mais especificamente do distrito José de Alencar. Nessa perspectiva, é perceptível a ação dos agentes modeladores do espaço em José de Alencar, e a relação estabelecida entre eles. Além de entender as transformações no espaço propiciadas pelas famílias, igreja

e estado, foi necessário entender as relações que estes estabeleciam entre si e dessa forma aceleravam o processo de atração de imigrantes para o território do distrito. A constituição da população do “Alencar” se deu notadamente ao longo do século XX pela atração de uma população pobre que se direcionou ao distrito em busca de terras ou de emprego nas atividades vinculadas à produção de algodão e à indústria algodoeira localizada nas proximidades do distrito.

Como um conjunto de agentes associados, a Igreja, o Estado e as famílias formaram as bases para ocupação do distrito, gerando uma série de ações na dinâmica espacial, que somado a fatores de ordem distante, se acumularam ao longo do tempo e transformam a paisagem.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. In: **Revista Território**. Rio de Janeiro, UFRJ/Laget, v. 3, n. 4, p. 5- 26, jan./jun., 1998.

ARAGÃO, Raimundo Batista. **Iguatu: História**. Fortaleza, COPCULTURA, 1998.

DANTAS, E. W. C. . **Mar à Vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011. v. 1. 100p.

DANTAS, E. W. C. . Rede urbana colonial cearense: uma crítica à noção de rede dendrítica.

ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_16.pdf Acesso em: 20/06/2019.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. **PRIMÓRDIOS DA REDE URBANA CEARENSE**. Mercator, Fortaleza, v. 8, n. 16, p. 77 a 102, oct. 2009. ISSN 1984-2201. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/40>. Acesso em: 08 mar. 2019

MONTENEGRO, José Hilton Lima Verde. **Dr. Montenegro: família, história e medicina**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017.

NOGUEIRA, Alcântara. **Iguatu: Memória sócio-histórico-econômica**. 2 ed. Fortaleza: [s.n.], 1985.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SOUSA, Rodrigo Rolim. **Documentação e conservação do patrimônio cultural industrial edificado em Iguatu-CE: estudos de caso sobre a ponte ferroviária e a cidade s/a**. Brazilian Journal of Development, Fortaleza, fevereiro de 2020.

SOUZA, Maria Salete de. Segregação socioespacial em Fortaleza. In: SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; ZANELLA, M. E.; MEIRELES,

A. J. de A. (orgs.). **Litoral e Sertão**, natureza e sociedade no Nordeste brasileiro. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

VERDE, Wilson Holanda Lima. **Entrevista realizada no dia 01-02-2019**. Entrevista em lócus.

ESPAÇO URBANO E O CONCEITO DE LUGAR NA CIDADE DE CRATEÚS: MEU DIREITO DE HABITAR, DE VIVER, DE CONVIVER

Francisco Leandro da Costa Soares¹; Antônio Adílio Costa da Silva²

¹Discente do Curso de Licenciatura em Geografia do IFCE, *Campus* Crateús, francisco.leandro.costa.soares@gmail.com ; ²Professor do Curso de Geografia do IFCE, *Campus* adiliocostasilva@gmail.com

RESUMO

Este trabalho, trata da aplicação do conceito de Lugar pelos sujeitos na ocupação dos espaços de uso coletivo existentes no município de Crateús. Nos últimos anos, nota-se que os estudos epistemológicos da geográfica tem sido de suma importância para explicarem os fenômenos antrópicos que viabilizam a ocupação dos aparelhos públicos como as praças, os teatros pelos mais diversos grupos sociais. A partir disso, o objetivo deste artigo está em averiguar quais os reais motivos que levam as pessoas a preencherem estes espaços, partindo-se de suas singularidades e identidades próprias. Os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho, fundou-se em leituras bibliográficas referentes a epistemologia geográfica e com ênfase no conceito de Lugar e nas análises de campo, baseando-se na observação destes ambientes e das performances que as pessoas realizavam ao estarem nestes lugares. Os resultados obtidos, foram há dois reais motivos pelas quais as pessoas os preenchem. O primeiro, deve-se pelo intuito do entretenimento sejam pelos grupos familiares, sejam pelos adolescentes organizados nos seus respectivos grupos com os quais se identificam, em seus estilos de roupas, de ações e de ideais ao longo de suas vidas. O segundo motivo identificado, atrela-se as questões do convívio social. Por este, pode ser entendido como o processo de contato inter-relativo em espaços de utilidade social comum. Sendo que estes, por via deste convívio, trocam saberes, informações e visões do cotidiano. Por isso, a manutenção destes locais, torna-se importante com a finalidade reverter a desvalorização dos recintos pertencentes ao coletivo e fundamentais ao desenvolvimento helênico das cidades medias do Sertão.

Palavras-chaves: Lugar; Crateús; Epistemologia geográfica; Espaços públicos.

INTRODUÇÃO

As configurações do tecido urbano do município de Crateús existente desde de a sua formação, a partir dos anos de 1980 e a consolidação durante a década posterior, contribuiu para que houvesse uma expansão considerável do seu porte enquanto cidade-sede da referida divisão administrativa. Tal expansão, deve-se pelo processo de urbanização, movido, não, por consequência do processo de industrialização como ocorrerá com as cidades metropolitanas regionais e nacionais do Brasil, por exemplo, Fortaleza e o eixo São Paulo-Rio de Janeiro, respectivamente. Os reais motivos pelas quais transcorreu este processo de urbanização, atrela-se as questões sociais e ambientais da época.

Dentre os estudos epistemológicos da história pós-1945, temos a insurgência de um dos ramos dos estudos geográficos que, chama-se de Geografia Humanística, cuja sua consolidação, dá-se, apenas, durante a década de 70. Segundo LEITE (1998, p.9-10),

linha de pensamento caracteriza-se principalmente pela valorização das relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos em relação ao seu ambiente. Para tanto houve um apelo às filosofias do significado – fenomenologia, existencialismo, idealismo e hermenêutica – que em essência encontram na subjetividade humana as interpretações para suas atitudes perante o mundo (Mello, 1990; Holzer, 1993; Holzer, 1997). Dentre os grandes expoentes afins a essa acepção destacam-se Edward Relph, Yi-Fu Tuan, Anne Buttimer e J. N. Entrikin. No Brasil destacam-se os trabalhos de Mello no sentido da compreensão das percepções do carioca frente ao processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro (a partir das músicas do repertório popular) e de Holzer, porém este mais direcionado a reflexões teórico-metodológicas dentro desta perspectiva de estudos.

A mesma autora, aponta que nesta perspectiva de estudo, o conceito de lugar, detalha-se na como um resultado do da experiência antrópica e que para os Humanistas, LEITE (1998, p.10),

“(…) lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas à tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança” (Relph, 1979). Ou ainda, “lugar é um centro de significados construído pela experiência” (Tuan, 1975). Trata-se na realidade de referenciais afetivos os quais desenvolvemos ao longo de nossas vidas a partir da convivência com o lugar e com o outro. Eles são carregados de sensações emotivas principalmente porque nos sentimos seguros e protegidos (Mello,1990); ele tanto nos transmite boas lembranças quanto a sensação de lar (Tuan, 1975; Buttimer, 1985a). Nas palavras de Buttimer (1985b, p. 228), “lugar é o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas”.

Diante das concepções de Lugar em tempos de conectividade informacional e técnica da sociedade contemporânea, percebemos que as ocupações dos espaços de lazer comum nas cidades de porte médio, a citar: praças públicas centrais, igrejas, logradouros, e outros, aumentaram, consideravelmente, ou seja, tais locais, atraíram um quantitativo de pessoas na finalidade de preenche-los como um momento além do lazer da construção das relações sociais, e assim, da consolidação do convívio social, atitude típica dos seres sociais como os humanos.

Mas diante dos avanços tecnológicos e das variedades de produções cinematográficas disponibilizadas pelas plataformas de *streaming*, por exemplo, a Netflix, Disney, Amazon e a brasileira Globoplay, o que faz com que as pessoas optem em ir a estes espaços? Partindo-se deste simplório questionamento, notamos que os motivos pelas quais as pessoas preferem ocupar estes lugares, deve-se a três motivos recorrentes. O primeiro, vai em encontro com a fala de Milton Santos(1997), sobre os lugares, sendo estes um convívio compartilhado entre as mais diversas pessoas, formas, instituições–cooperação e as divergências são as bases da vida em comum.No segundo ponto, elencamos o que Suertegaray (2001, p.6),

Este tratamento vem assumindo diferentes dimensões. De um lado, o lugar se singulariza a partir de visões subjetivas vinculadas a percepções emotivas, a exemplo do sentimento topofílico (experiências felizes) das quais se refere Yu-Fu Tuan (1975). De outro, o lugar pode ser lido através do conceito de geograficidade, termo que, segundo Relph (1979), “encerra todas as respostas e experiências que temos de ambientes na qual vivemos, antes de analisarmos e atribuímos conceitos a essas experiências”. Isto implica em compreender o lugar através de nossas necessidades existenciais quais sejam, localização, posição, mobilidade, interação com os objetos e/ou com as pessoas. Identifica-

se esta perspectiva com a nossa corporeidade e, a partir dela, o nosso estar no mundo, no caso, a partir do lugar como espaço de existência e coexistência.

Ou seja, as condições que fazem os sujeitos a trocarem as mordomias e o conforto de suas casas, atribui-se aos pontos relacionados as questões sentimentais interpostas na subjetividade e das identidades estabelecidas pelos diversos grupos sociais e familiares nestes ambientes a serem ocupados. Por fim, vale citar como já escrito na citação anterior, quando se refere as condições topofílicas do Tuan (1975), quais sejam, nas dimensões artísticas, culturais, políticas, entre outros, explicitadas nestes locais, e assim, promovem a uma identidade compartilhada mesmo que na dialética dos fatos vividos destas pessoas.

O objetivo deste artigo é averiguar quais os reais motivos que levam as pessoas a preencherem estes espaços, partindo-se de suas singularidades e identidades próprias. Como justificativa na execução da pesquisa, deve-se pelo fato de discutir a importância de se investir em mais espaços de convívio para as mais variadas funcionalidades. Uma delas é em combater a criminalidade, aspecto comum tanto nas médias e grandes cidades sem usar a violência como estratégia de reversão principal do poder público. Outro ponto, refere-se à qualidade das cidades por meio de medidas como a arborização das cidades, os estímulos de transportes coletivos, sustentáveis e de baixo custo de manutenção por parte dos civis, garantindo um desenvolvimento socioambiental de peso para Crateús.

METODOLOGIA

Na metodologia, utilizamos do levantamento bibliográfico e do método observacional dos espaços vividos. Na confecção e embasamento do artigo no aporte teórico, empregamos autores voltados a perspectiva de uma geografia humanística e mais aproximada da epistemologia geográfica como: Yi-Fu Tuan (1975) **Place: an experiential perspective**, Anne Buttimer (1985) **Aprendendo o dinamismo do mundo vivido**, Adriana Leite (1998) **O Lugar: Duas Acepções Geográficas**, J. Mello (1990) **Geografia Humanística: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo**, E. Relph (1979) *As Bases Fenomenológicas da Geografia*, e por fim, Yi-Fu Tuan (1975) **Place: an experiential perspective**.

Além do peso teórico específico dado por estes autores diante da discussão da geografia humanística, os mesmos atribuem como prática, o estímulo da observação com a condição do sentir o espaço, em suas dinâmicas, funções básicas, características apresentadas e emoções transpassadas. Assim, tais conhecimentos condicionou em ambas as perspectivas teórica e prática, o esboçamento para a importância de se repensar e construir tais pontos em uma pesquisa de cunho básico, teórico e qualitativo em suas dimensões normais nos espaços urbanos de Crateús, o objeto principal deste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Fundando-se nos pontos computados, temos que explicitamos o papel da geografia humanística criada no município de Crateús, dá-se em consonância com a fala de Entrinkin (1980, p.16), na qual aponta que,

(...) os geógrafos humanistas argumentam que sua abordagem merece o rótulo de "Humanista", pois estudam os aspectos do homem que são mais distintamente humanos: significações, valores, metas e propósitos. (...). Da

valorização da percepção e das atitudes decorre a preocupação de verificar os gostos, as preferências, as características e as particularidades dos lugares. Valoriza-se também o contexto ambiental e os aspectos que redundam no encanto e na magia dos lugares, na sua personalidade e distinção. Há o entrelaçamento entre o grupo e o lugar.

Nisso, os valores construídos e firmados em Crateus, deu-se na ocupação de diversos espaços, sejam públicos sejam privados. Devido as condições socioeconômicas da população de Crateús, os espaços de viés coletivo, tiveram de suma importância para as exportações e importações de conhecimentos, de dinheiro, de mercadorias, de animais as quais eram coerentes com a vida das pessoas, cujas as origens provinham do meio rural e tinham em seus cernes o peso e a dinâmica das zonas rurais, com a presença de animais, plantas, religiosidade expressiva, dentre outras.

Adaptando-se as dimensões atuais, os mesmos espaços fundamentais na interação social, constituíram-se vias possíveis para que ocorram os similares princípios do passado, as quais eram o de promover a união, a interatividade, a conexão e o contato do viver, do habitar e do conviver destes espaços cujas as funcionalidades foram construídas na naturalidade dos fatos e da condição comum dos agentes antrópicos ligados aos valores simbólicos dos ambientes artificiais.

Assim, os poderes federativos devem investir cada vez mais na ocupação e construção de praças, parques, jardins botânicos, museus, e outros, na finalidade de estimular a ocupação continua das pessoas nestes, garantindo-lhes o direito de habitar, de viver e de conviver no tecido urbano de Crateús.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Lowenthal (1982, p. 122),

cada percepção tende a ser seletiva, criativa, fugaz, inexata, generalizada, estereotipada e, justamente porque imprecisa, as impressões parcialmente heterogêneas sobre o mundo em geral sempre são mais convenientes do que os detalhes exatos a propósito de um pequeno segmento do mundo.

Portanto, as análises sensitivas e as percepções dos meios, baseando-se nas perspectivas de uma geografia humanizada, ou humanística, vemos o quão está em coletivo, enriquece nossos sentimentos, nossos atributos e dimensões particulares. Nessa condição, o objetivo deste trabalho conseguiu explanar, simploriamente, as subjetividades dos fatos e as percepções coletivos captadas quando se empregou a metodologia da observação e do sentir os espaços em suas micro e macros características. Ainda vale apontar, que esta pesquisa, externou fortemente o papel das praças, das igrejas, jardins, museus, escolas, universidades publicas e privadas, na promoção destas ações conjuntas e localizadas para com os similares nos objetivos individualizados e cosmopolitas. Vimos que tais ambientes são necessários e necessitam das revitalizações continuas ao longo do tempo e dos próprios espaços.

REFERÊNCIAS

BUTTIMER, A 1985a. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: **PERSPECTIVAS DA GEOGRAFIA**. Antônio Carlos Christofolletti (org.). São Paulo, Difel, p. 165-193.

BUTTNER, A. 1985b. Hogar, Campo de Movimiento y sentido del Lugar. In: **TEORIA Y MÉTODO EN LA GEOGRAFIA ANGLOSAJONA**. Maria Dolores Garcia Ramón (org.), Barcelona, Ariel, p. 227-241.

ENTRIKIN, J. Nicholas. O Humanismo Contemporâneo em Geografia. **Boletim Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 10, n. 19 p. 5-30, 1980.

LEITE, Adriana Filgueira. O Lugar: Duas Acepções Geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 21, n.1, p. 9-20, abr./maio. 1998.

LOWENTHAL, David. Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma nova epistemologia da Geografia. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1982. p. 101-130.

MELLO, J. B. F. 1990. Geografia Humanística: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. *R. Bras. Geog.*, 52 (4): 91-115 p.
SANTOS, M. ***A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção***. 2ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1997.

RELPH, E. C. 1979. As Bases Fenomenológicas da Geografia. *Geografia*, 4 (7): 1-25.
SUERTEGARAY, D. M. A. ESPAÇO GEOGRÁFICO UNO E MÚLTIPLO. **REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES**, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 93, p. 1-10, 15 de jul./2001. Disponível em: www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm. Acesso em: 2 dez. 2020.

TUAN, Yi-Fu. 1975. **Place: an experiential perspective**. *Geographical Review*, 65 (2): 151-165 p.

UMA SISTEMATIZAÇÃO DA SUINOCULTURA NO OESTE CATARINENSE SOB A ÓTICA DA GEOGRAFIA HISTÓRICA

Clóvis Alceu Cassaro¹, Marlon Brandt²

¹Discente do Curso de Licenciatura em Geografia da UFFS, *Campus* Chapecó clovis_c@hotmail.com;

²Professor dos Cursos de Graduação e Mestrado em Geografia da UFFS, *Campus* Chapecó marlon.brandt@uffs.edu.br

RESUMO

O presente resumo traz uma sistematização da dinâmica e das diferentes técnicas da suinocultura na região oeste de Santa Catarina sob a ótica da Geografia Histórica, expondo como as práticas de criação de porcos foram alteradas desde a introdução do animal na região até a contemporaneidade.

Palavras-chave: Porcos; Caboclos; Técnica.

INTRODUÇÃO

Os primeiros registros de povoamento da região oeste de Santa Catarina remetem há mais de 8.500 anos, como aponta Carbonera (2013), embora provavelmente ocorram há mais de 10.000 anos. Em eras modernas (século XVIII), a região passa por povoamentos para além do indígena, com a imigração de portugueses e a formação das primeiras fazendas pastoris e, conseqüentemente, assentamento das primeiras famílias caboclas (BRANDT, 2015).

Já no século XIX, com intuítos de estabelecer uma população de defesa contra possíveis investidas argentinas em meio a Questão de Palmas (VENSON, 2020), a região passa a ter maiores ocupações em proximidade da fronteira, além de populações caboclas (POLI, 1995). No início do século XX, há a introdução de populações descendentes de europeus (principalmente italianos e alemães) vindas do Rio Grande do Sul, cuja introdução de novos valores e significações socioespaciais representam um momento de ruptura (NODARI, 2009).

Enquanto elemento compositor das atividades econômicas desses diferentes grupos populacionais, a suinocultura desempenhava importante papel na economia das famílias caboclas desde o fim do século XIX, sendo praticada em toda região e, inclusive, nas circunscrições da fronteira seca entre Brasil e Argentina, como demonstrado por Maristela Ferrari (2010), e cuja prática e destinação variam conforme os valores e intuítos desses diferentes grupos, destacando-se enquanto alicerce econômico posteriormente.

Considerando isso, aqui trazemos algumas considerações para pensar de que forma os diferentes povoamentos praticaram a suinocultura e as técnicas que estes empregavam, isto é, as diferentes formas pelas quais o humano interage com o meio, reproduzindo o trabalho e a própria sociedade de acordo com as variabilidades temporais (SANTOS, 2006).

METODOLOGIA

A metodologia empregada baseou-se na pesquisa bibliográfica sobre a história da suinocultura e da agroindústria na região, ora lançando um olhar geográfico sobre os mesmos. Para tal, utilizamos dos preceitos da Geografia Histórica que, como discute

Abreu (1998, 2000), dispõem de fontes históricas e obras contextuais para discutir o “presente de então”.

REFERENCIAL TEÓRICO

A colonização oestina já foi discutida por diversos autores da região, tanto vinculados à concepção histórica, valendo citar Alceu Werlang (2006), quanto à concepção antropológica, valendo citar Arlene Renk (2006). Dentro da perspectiva histórico-geográfica, vale citar o livro de Maristela Ferrari (2010), que aborda como as relações transfronteiriças entre Brasil e Argentina tiveram contribuições à formação territorial da região (MARTINELLO, 2016).

Além destes, e já com enfoque maior na suinocultura regional propriamente dita (pré e pós-colonização), destacam-se os trabalhos de Brandt (2015), Brandt e Nodari (2011), Moretto e Brandt (2019), discutindo as diferentes modalidades de criação de porcos praticadas na região ao longo do século XX.

Inicialmente, ainda quando da ocupação cabocla (POLI, 1995), as práticas mais comuns eram da criação de porcos “à solta”. Neste modelo, os animais circulavam livremente pelas matas da região, alimentando-se do que encontrassem em meio a esta, como frutas, brotos e pinhão, característico da Floresta Ombrófila Mista, havendo uma separação entre as “terras de criar” e as “terras de plantar”, as primeiras mais amplas e próximas das moradias enquanto as segundas menores e mais afastadas, também sendo cercadas, justamente para evitar invasões dos suínos (RENK, 2006; BRANDT, 2015; BRANDT & NODARI, 2011).

Esta era uma prática tipicamente extensiva, exigindo, conforme aponta Roberto Lobato Corrêa (1970), cerca de cinco hectares para nutrição de cada porco solto, mas cuja presença, provavelmente, auxiliou na “[...] dispersão e sobrevivência da vegetação florestal [...]”, conforme discutido por Dean (2018 [1996]).

Já no início do século XX, mas especialmente após a década de 1920, a região passa a ser o destino de imigrantes riograndenses descendentes de europeus, tanto repelidos de suas regiões de origem por fatores como a dificuldade de acesso à terra (WERLANG, 2006), quando atraídos pelas promessas de vida farta nas terras catarinenses, em muito promovidas pela propaganda do governo estadual (NODARI, 2009).

Juntamente à introdução desse novo contingente populacional, é também introduzida uma nova lógica econômica à região, a lógica da acumulação capitalista, a partir da reprodução das práticas e costumes de sua realidade anterior, fenômeno comum à imigração (ALVIM, 1998). Os costumes de criação dos caboclos eram mal-vistos pelos colonos, bem como incompatíveis com o modelo de criação que estes empreendiam tradicionalmente (RENK, 2006; BRANDT, 2015; BRANDT & NODARI, 2011).

O modelo colono de produção era mais geométrico, quando tratamos da lavoura, sendo esta dividida de maneira “racional”, dessa mesma forma, os porcos eram criados confinados em chiqueiros o que, ainda conforme os números apresentados por Corrêa (1970), representaria uma produção de até vinte porcos no espaço em que os caboclos criavam apenas um.

Para isso, era necessária a abertura de lavouras em meio ao espaço até então ocupado pelas matas, havendo uma correlação entre a expansão das áreas de lavouras, o crescimento da suinocultura e a diminuição das áreas de floresta, cujo compasso pode ser observado na **Tabela 1** adiante, baseada no trabalho de Cassaro e Brandt (2019).

Tabela 1 - Evolução da criação de suínos e das áreas de lavouras no Oeste Catarinense

	1920	1940	1950
Total de suínos	10.206	55.431	243.444
Área de lavouras e pastagens (ha)	584	81.746	154.173

Fonte: Adaptado de (CASSARO; BRANDT, 2019, p. 2).

O adensamento da suinocultura como principal matriz econômica da região, bem como o advento do caminhão enquanto veículo capaz de levar a produção oestina para regiões mais distantes (FERRARI, 2010), acarreta a introdução de novas empresas do setor agropecuário na região, principalmente após a década de 1950, que viriam a se tornar as grandes agroindústrias e cooperativas após a década de 1960 (POLI, 1995; MORETTO & BRANDT, 2019).

Além da alteração das formas de produção que essas empresas trouxeram, com maiores especificidades técnicas e padrões de compra e consumo (MORETTO & BRANDT, 2019), surge um novo discurso desenvolvimentista pautado na agroindústria bem como a ascensão de novos grupos políticos vinculados à ela (SILVA & HASS, 2017).

Em meio a esse contexto, ocorre um surto de Peste Suína Africana em 1978 que, como discutido brevemente por Cassaro e Brandt (2020), trouxe restrições à comercialização de suínos, atingindo de mais acentuada os produtores autônomos, sendo, possivelmente, fator que levou suinocultores a se associarem às cooperativas e agroindústrias, que atualmente continuam como maior alicerce econômico regional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Algumas contribuições da Geografia Histórica podem ser trazidas ao entendimento desse processo de evolução técnica-temporal, como a abordagem de Antonio Carlos Robert de Moraes (2011), ao discutir que a introdução do capitalismo em uma região se dá a partir do **território**, trazendo consigo algumas características comuns que também são visíveis no processo anteriormente discutido, como o uso intensivo dos solos, subjugação dos naturais, formas capitalistas de valorização do espaço, além da introdução de novas técnicas e atribuições espaciais.

Essa noção é, de certa forma, corroborada quando pensamos nas populações caboclas enquanto similar às comunidades vernaculares, que, conforme Paul Claval (2011), geralmente têm sistemas de referenciamento espacial próprios baseados em marcos simbólicos, como o caso das “picadas” descritas por Poli (1995, p. 87).

Já em uma visão Miltoniana, poderíamos pensar na colonização oestina como a inserção do meio-técnico-científico na região, cujas reproduções levariam ao advento de novas técnicas, que, conforme o tríplice aspecto, é tanto reveladora de seu tempo histórico, quanto a própria sinalização de um futuro (SANTOS, 2006), sendo, também, passível de periodizações baseadas nessas diferentes técnicas e, conseqüentemente, modos de produção, sendo a própria notação dos “tempos d’antes”, segundo a visão dos caboclos (RENK, 2006), um exemplo de periodização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A suinocultura é uma atividade presente na região oeste de Santa Catarina desde, pelo menos, o século XIX, tendo sido exercida por seus habitantes de diversas formas ao longo de suas diferentes fases de ocupação, havendo uma ruptura na forma como essa era praticada quando processos de reterritorialização iniciaram de maneira mais intensa na região. Dessa forma, podemos dizer que a suinocultura oeste não passou apenas por diferentes fases, mas por diferentes *periodizações*, consolidando-se a partir dos anos de 1950 como a principal matriz econômica regional.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. "Sobre a memória das cidades". **Território**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 4-26, 1998.

ABREU, Maurício de Almeida. Construindo uma Geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária século XVII. **GEOSP**, v. 7, p. 13-25, 2000.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil - Vol III**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 215-288, 1998.

BRANDT, Marlon. Criação de porcos "à solta" na floresta ombrófila mista de Santa Catarina: paisagem e uso comum da terra. **História**, Franca, v. 34, n. 1, p. 303-322, Jun. 2015.

BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 80-90, 2011.

CARBONERA, Mirian. Notas sobre a história das sociedades pré-coloniais do Oeste Catarinense. **Tempos Acadêmicos**, Dossiê Arqueologia Pré-Histórica, nº 11, 2013, Criciúma, Santa Catarina.

CASSARO, Clóvis Alceu; BRANDT, Marlon. Uso comum da terra, suinocultura e transformação da paisagem em Chapecó-SC (1920-1950). In: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, v. 1, n. 9, 2019, Cerro Largo. **Anais...**, Cerro Largo: UFFS, 2019. p. 1-4.

CASSARO, Clóvis Alceu; BRANDT, Marlon. Peste Suína Africana no Oeste de Santa Catarina em 1978: notas preliminares. In: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, v. 1, n. 10, 2019, Chapecó. **Anais...**, Chapecó: UFFS, 2020. p. 1-4.

CORRÊA, Roberto Lobato. O sudoeste paranaense antes da colonização. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 1, ano 32, jan./mar. 1970, p. 87-98.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018 (1996).

FERRARI, Maristela. **Conflitos e povoamento na fronteira Brasil-Argentina**: Dionísio Cerqueira (PR), Barracão (SC) e Bernardo de Irigoyen (Misiones). Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.

MARTINELLO, André Souza. **Geografia Histórica, discursos espaciais e construção territorial em Santa Catarina**. 2016. 245 f. Tese (Doutorado) – Doutorado em Geografia, Universidade de São Paulo, 2016.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia Histórica do Brasil**: Capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011.

MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon. Das pequenas produções à agroindústria: suinocultura e transformações na paisagem rural em Chapecó, SC. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 229 - 254, jan./abr. 2019.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas**: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: CEOM. **Para uma História do Oeste Catarinense**: 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, p. 71-110, 1995.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico no Oeste Catarinense. 2 ed. rev. Chapecó: Grifos, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SILVA, Claiton Marcio da; HASS, Monica. “O Oeste Catarinense não pode parar aqui”. Política, agroindústria e uma história do ideal de progresso em Chapecó (1950-1969). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 338 - 374. maio/ago. 2017.

VENSON, Letícia. “**Donde se avista o caminho da roça**”: José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Xaçepó. 2020. 131 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em História, Universidade Federal da Fronteira Sul, 2020.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Federal da Fronteira Sul pela concessão de bolsa de Iniciação Científica - Edital 270/GR/UFFS/2020.

O CEMITÉRIO ENQUANTO UM LUGAR DE VIVOS: ESPAÇOS DE MEMÓRIA E AFETIVIDADE NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN

Aldeíze Bonifácio da Silva¹

¹Mestranda em Geografia da UFRN, *Campus Natal* aldeizebs@hotmail.com

RESUMO

O presente ensaio versa sobre os cemitérios urbanos enquanto lugares de memória, e espaços de cidadania, e objetiva analisar as práticas culturais e representações simbólicas geografizadas nas necrópoles do município de Natal/RN, buscando identificar os cemitérios enquanto espaços portadores de cultura material e imaterial, lugares de expressão social, que abrigam histórias, costumes, usos e apropriações que os transformam em espaços coletivos (SANTOS, 2011). O estudo pauta-se em pesquisa bibliográfica, documental e empírica. A bibliográfica a partir de autores como Roberto Lobato Corrêa, Zeny Rosendahl, Denis Cosgrove, Yi-Fu Tuan, em um diálogo com historiadores. A documental, a partir de dados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB) e da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SEMSUR) de Natal, e a empírica nos bairros da cidade onde localizam-se os cemitérios. Os procedimentos técnicos adotados foram a análise de dados e informações, e a realização de entrevistas semiestruturadas com funcionários destes espaços, moradores das localidades, e representantes da SEMURB e da SEMSUR. Entre os resultados preliminares obtidos, visto que a pesquisa se encontra em curso, foram identificadas situações que permeiam campos subjetivos e caracteriza relações topofílicas e topofóbicas das comunidades em relação às necrópoles, visto que na contemporaneidade, os cemitérios ainda são percebidos como locais sagrados e sobrenaturais, em uma coexistência que permeia o sagrado e o profano, e que as relações topofóbicas se intensificaram no contexto da pandemia do Covid-19.

Palavras-chave: Cidade; Espaços de memórias; Cemitérios urbanos.

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, cada sociedade apresentou uma forma específica para lidar com a questão da morte (CHIAVENATO, 1998 apud BARBOZA, 2013). Neste sentido, durante os três primeiros séculos após a chegada dos europeus na América Portuguesa, os mortos eram sepultados, em geral, no interior das igrejas e em confrarias, que simbolicamente garantiam a salvação da alma. Todavia, essa prática foi duramente questionada com a emergência do pensamento sanitário.

A partir do século XIX essas práticas de sepultamento passaram a ser questionadas, pois, de acordo com os padrões higienistas, então emergentes, o morto precisava ficar distante dos vivos como forma de garantir a saúde pública e a higiene da população. Entretanto, imperava no pensamento dos sanitários a ideia de que os miasmas eram os responsáveis pela disseminação de doenças e sua vasta contaminação. A população ficava à mercê desses “miasmas” ao frequentar as missas, pois havia o costume de serem enterrados nas igrejas, fazendo dessa prática parte das formas do “bem morrer”. (TAVARES, 2015, p. 929).

Barboza (2013) ressalta que assim como todas as formas outrora usadas para depositar os mortos, os cemitérios são espaços que “falam”, que contam histórias, que

possibilita aos indivíduos representar suas esperanças, medos e angústias, amores e dores. São espaços de sentimentos materializados através de flores, mensagens, placas e lápides. Lugares de memória, uma forma de evocar o passado, perpetuar a recordação. Portanto,

Os cemitérios são lugares de memória para um grupo social específico, uma vez que têm, um simbolismo atribuído ao conjunto de lápides e túmulos inseridos em um espaço que guarda a memória (coletiva) que necessita de suporte exterior para sua preservação. (NOGUEIRA, 2012 apud BARBOZA, 2013, p. 126).

Assim sendo, é através do mito, do rito e da religiosidade que o homem tenta explicar a natureza da morte, o que faz com que os cemitérios além de serem locais de memória vivida, sejam também lugares de memória construída, uma forma de imortalizar o ser (BARBOZA, 2013).

Os cemitérios, enquanto expressão de uma cultura, “mostram-se e são vistos em intenso processo de comunicação que, geograficamente, traduz-se em fixos e fluxos”. E nesta perspectiva, podem ser considerados enquanto “itinerários simbólicos” regulares dentro do caos urbano (CORRÊA, 2008, p.306). Fazem parte da cidade, e conformam espaços de cidadania, sobretudo, em tempos de crise, como os vivenciados em épocas epidêmicas, como a que atualmente nos acomete, o Covid-19.

Neste sentido, em meio ao caos e a dor causada pela difusão e propagação do Coronavírus, o presente ensaio, ainda em fase inicial, objetiva analisar as práticas culturais e representações simbólicas geografizadas nas necrópoles do município de Natal/RN, buscando identificar os cemitérios enquanto espaços portadores de cultura material e imaterial, lugares de expressão social, que abrigam histórias, costumes, usos e apropriações que os transformam em espaços coletivos que une a cultura funerária as tradições cotidianas das comunidades (SANTOS, 2011). Espaços marcados pelo sagrado e o profano (ROSENDAHL, 1997, 2003), que tem muito a revelar nestes tempos de pandemia.

O presente ensaio de estrutura a partir de uma breve introdução sobre o estudo, seguida pelos processos metodológicos utilizados, resultados e discussões preliminares a partir dos dados obtidos, visto que a pesquisa está em curso, e algumas considerações finais.

METODOLOGIA

Para a realização do presente ensaio, utilizou-se de pesquisa bibliográfica, documental e empírica. A pesquisa bibliográfica compreendeu autores diversos, que fazem parte do escopo geográfico, como Corrêa (1995, 2003, 2012), Cosgrove (2012), Rosendahl (2003), Tuan (1980), entre outros, e também historiadores como Monteiro (2002) Santos (2011), Barboza (2013), Tavares (2015), no intuito de captar a origem dos cemitérios da cidade e compreender os símbolos e ritos que os perpassam, e também as relações que se estabelecem nestes lugares, e com estes lugares, enquanto um espaço da cidade. A documental, compreendeu a análise de documentos e dados sobre os cemitérios da cidade de Natal através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB) e da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SEMSUR), e a empírica, a partir de visitas realizadas as necrópoles para observação de dinâmicas, registro de imagens e realização de entrevistas semiestruturadas e abertas com funcionários, visitantes das necrópoles e moradores das localidades. Além de visitas a SEMURB e SEMSUR, para coleta de dados e realização de entrevistas semiestruturadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O cemitério é esse espaço de memória e de afetividade. Um lugar que tem sofrido mudanças em sua trajetória sociocultural e religiosa ao longo dos tempos. As necrópoles estão carregadas de toda uma simbologia, representativa ou não, manifestada a partir da arquitetura e da estatuária e vinculada a um conjunto de representações, de sentimentos ou tendências concernentes à morte, aos afetos familiares e às relações sociais, mostrando a relação que a morte tem com a cultura. (SANTOS, 2011, p. 188-189).

Nesta perspectiva, encontramos entre os inúmeros túmulos dentro das necrópoles analisadas, algumas situações singulares entre as quais: brinquedos deixados sobre determinados túmulos, e enterrados ao solo, o que nos remete à visita de crianças ao local. Além de túmulos bem peculiares, que nos remete a questão da preservação do gosto/personalidade do indivíduo enterrado ali, enquanto ser vivente ou dos seus entes queridos, que revelam a si próprios na ornamentação dos túmulos.

Entre as especificidades encontradas ainda podemos citar a questão da propriedade privada. Visto que o cemitério é um lugar de vivos, e assim sendo, é moldado a partir das relações estabelecidas em sociedade, e reproduzem a geografia social das comunidades. Uma vez que “as sociedades projetam nos cemitérios seus valores, crenças, estruturas socioeconômicas e ideologias”. (BELLOMO, 2000, p.15 apud BARBOZA, 2013, p. 131).

Neste sentido, observamos em vários túmulos a existência de placas indicando serem terrenos particulares, propriedades de famílias que cumprem com todas as obrigações referentes à posse e manutenção daquele pequeno metro quadrado, onde se encontram os restos mortais dos seus entes queridos.

Entre os objetos de cunho religioso, normalmente encontrado nas necrópoles, pudemos observar a presença marcante de crucifixos, símbolo de veneração, que foi iniciado pelos cristãos durante o período após a crucificação de Jesus Cristo, terços, estátuas e imagens de santos, objeto de adoração entre os católicos.

Foram identificados túmulos de personalidades históricas dos bairros, que fazem com que se reproduzam e se perpetuem, as histórias da conformação dos bairros através da “memória” da necrópole. E enquanto um lugar de vivos, observou-se nos cemitérios outros usos que diferem daqueles para o qual foram criados e estruturados.

Assim sendo, se por um lado temos a presença dessas práticas que remetem a simbolismos, e perpassam respeito e afetividade. Temos aqueles que encaram o espaço cemiterial como um lugar da sua cotidianidade sem evocar valores ou simbolismos, que são construtos socioculturais. Durante a pesquisa empírica, observou-se o fato de um funcionário de um dos cemitérios utilizar a água presente em uma cacimba para tomar banho, um gato de estimação dos funcionários do cemitério a receber carinho, água e comida, habitando o local, e um visitante do cemitério descansando sobre a estrutura de um canal de escoamento de águas pluviais que dividia um dos cemitérios ao meio.

No que concerne à participação da comunidade na pesquisa, entre os trabalhadores dos cemitérios entrevistados, citamos a Sra. Maria, zeladora de uma das necrópoles há mais de 30 anos, que relata nunca ter presenciado algum tipo de violação dos túmulos ou práticas relacionadas a rituais pagãos no local. No que concerne aos visitantes das necrópoles, citamos o Sr. João Batista Justino de 71 anos, residente na localidade desde os 2 anos de idade, que apresentou um sentimento de “topofilia” (TUAN, 1980) com relação ao cemitério. Sentimento que origina-se não somente do fato de ter seus entes

queridos enterrados no local, mas também, por ser proprietário de um bar que localiza-se em frente ao mesmo, participando e se inteirando de todas as dinâmicas que perpassa a necrópole, dentre as quais: as movimentações dos dia de finados, sepultamentos e exumações.

Destarte, dentre os aspectos positivos do trabalho está a troca de experiência entre pesquisadores, moradores das localidades e funcionários dos cemitérios. É gratificante observar o interesse e a participação da comunidade no âmbito de uma pesquisa acadêmica. Assim como, o anseio da comunidade em acessar o estudo finalizado. Por sua vez, a falta de informações sistematizadas se apresentou como um entrave a ser superado durante a pesquisa, visto que as instituições públicas que deveriam ter dados e informações sobre essas necrópoles, por vezes desconheciam a existência de tais documentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada nos Cemitérios Municipais de Natal possibilitou uma experiência vivencial de observação, na qual muitas questões foram levantadas acerca do cemitério enquanto um espaço rico de simbologias e representações, interpretadas à luz de um contexto socioespacial e cultural específico, e diverso da que outrora surgiram às necrópoles. Nesse sentido, foram identificadas situações que permeiam campos subjetivos e evocam relações topofílicas e topofóbicas das comunidades acerca das necrópoles. Visto que na contemporaneidade, os cemitérios ainda são percebidos como locais sagrados e sobrenaturais, em uma coexistência que permeia o profano e o sagrado. Neste sentido, casais de namorados, moradores de ruas e animais fazem outros usos do espaço da necrópole, e constroem novas memórias da necrópole, e para a necrópole. Além disso, observou-se que as relações topofóbicas em relação aos cemitérios se intensificaram no contexto da pandemia do Covid-19.

REFERÊNCIAS

BARBOZA, V. M. Sociedade dos vivos x cidades dos mortos: a visão da morte na sociedade erechinense. **Revista Perspectiva**, Erechim, v. 37, n. 140, p. 125-137, 2013. Disponível em: <http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/140_379.pdf>. Acesso em: mai.2019.

CORRÊA, R. L. A geografia cultural e o urbano. In: In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Introdução a Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.167-186.

_____. A dimensão cultural do espaço: alguns temas. **Espaço e Cultura**, ano 1, p. 1-22, 1995.

_____. Espaço e simbolismo. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012, p.133-153.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Geografia cultural: uma antologia**, v. 1. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012, p. 219-237.

MONTEIRO, D. M. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2002.

ROCHA, L. B. Fenomenologia, semiótica e geografia da percepção: alternativas para analisar o espaço geográfico. **Revista da Casa da Geografia**, Rede Sobral, v. 4, p. 67-79, 2003.

ROSENDAHL, Z. Espaço, cultura e religião: dimensões de análise. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Introdução a Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 187-224.

_____. O sagrado e o espaço. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 119-153.

SANTOS, A. R. **O processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX**. 2011. 190f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

TAVARES, D. F. S. A secularização da morte: cemitérios públicos e as políticas sanitárias em choque às velhas formas de se enterrar na Natal oitocentista. In: **Anais eletrônicos...** XIV Simpósio Nacional da ABHR, Juiz de Fora/MG, abril de 2015, p. 928-941. Disponível em: <<http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/viewFile/890/761>>. Acesso em: mai. 2019.

TUAN, Y. Topofilia e meio ambiente. In: TUAN, Y. **Topofilia**. São Paulo: DIFEL, 1980, p. 106-129.

Eixo II
ESTUDOS GEOGRÁFICOS DA NATUREZA

ANÁLISE DA VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DO ESPAÇO URBANO DO MUNICÍPIO DE QUIXADÁ/CE

**Andreza de Lima Nobre¹, Debora Ribeiro dos Santos²,
João Luís Sampaio Olímpio³**

¹Discente do Curso de Licenciatura em Geografia do IFCE, *Campus* Quixadá andreza.lima.nobre07@aluno.ifce.edu.br; ²Discente do Curso de Licenciatura em Geografia do IFCE, *Campus* Quixadá ribeiro.d.ifce@gmail.com; ³Professor do Curso de Geografia do IFCE, *Campus* Quixadá joao.olimpio@ifce.edu.br

RESUMO

No Município de Quixadá/CE constata-se a existência de grandes diferenciais de condições de vida e de acesso a serviços públicos, com a presença de áreas extremamente pobres e carentes de equipamentos e serviços, assim, há situações de extrema vulnerabilidade socioambiental e exposição a diversos tipos de risco. O objetivo desta pesquisa é identificar e mensurar os níveis de vulnerabilidade da população e o grau de fragilidade dos ambientes urbanos do município de Quixadá/ CE. A pesquisa será realizada nas seguintes etapas: 1) revisão bibliográfica; 2) coleta de dados sobre temas sociais, econômicos, habitacionais, arranjo familiar e ambientais; 3) elaboração de um índice de vulnerabilidade social; determinação da fragilidade ambiental das unidades ambientais; 4) Espacialização da vulnerabilidade socioambiental. Os resultados esperados poderão contribuir para subsidiar a tomada de decisões da gestão local, de forma a conhecer o fenômeno da vulnerabilidade e identificar as áreas de maior risco na região, e assim, contribuir para a discussão de estratégias de adaptação a esses ambientes.

Palavras-chave: Vulnerabilidade socioambiental; desigualdade social; riscos.

INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade socioambiental é um fenômeno complexo e que pode ser discutido por diversos profissionais, de acordo com sua área de atuação. Seguindo essa linha de raciocínio, é importante salientar que o conceito de vulnerabilidade socioambiental se refere as situações de risco em que se sobrepõem no espaço indivíduos em condições socioeconômicas precárias e ambientes que podem sofrer com eventos adversos (VÉRAS, 2010). De tal maneira, é imprescindível estudos sobre os aspectos sociais, como renda, trabalho e acesso à serviços básicos, considerando-os como indicadores da condição de vida dos indivíduos. Do mesmo modo, se faz necessário a abordagem sobre os ambientes naturais onde a população vulnerável reside, os quais foram modificados por ações antrópicas e que são, normalmente, susceptíveis à eventos naturais intensos.

No Município de Quixadá/CE constata-se a existência de grandes diferenciais de condições de vida e de acesso a serviços públicos, com a presença de áreas extremamente pobres e carentes de equipamentos e serviços, assim, há situações de extrema vulnerabilidade socioambiental e exposição a diversos tipos de risco. As diversas formas de produção do espaço geográfico exercem forte pressão sobre o

espaço natural, sendo realizadas, na maioria das vezes, sem considerar a vulnerabilidade dos grupos sociais e dos sistemas naturais, por vezes ampliando as condições de risco a que estão expostas parcela da população urbana (Zanella et al., 2009). O município foi escolhido por apresentar situações de vulnerabilidade socioambiental especialmente no interior do espaço urbano. Neste sentido, o objetivo desta pesquisa é identificar e mensurar os níveis de vulnerabilidade da população e o grau de fragilidade dos ambientes urbanos do município de Quixadá/ CE.

METODOLOGIA

A região de estudo é a sede urbana do município de Quixadá (Figura 1), localizado no semiárido cearense, inserida na Região de Planejamento do estado denominada Sertão Central, com aproximadamente 170 km da capital do estado, Fortaleza (CEARÁ; 2007). Na região, predomina a unidade geomorfológica da depressão sertaneja, que corresponde a 70% do território do Ceará, os níveis altimétricos são inferiores a 400m, caracterizada por um relevo plano ou levemente ondulado (Souza, 2000). É comum na região os maciços residuais que compreende um conjunto de serras e pequenos serrotes que se apresentando níveis altimétricos em torno de 450-500 m. É bastante expressivo a concentração de inselbergs na região, picos rochosos isolados ou grupamentos, surgem nas depressões sertanejas (Maia et al., 2015).



Figura 1– Mapa de localização do município de Quixadá/CE

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A pesquisa será realizada seguindo as seguintes etapas: revisão bibliográfica; coleta de dados sobre temas sociais, econômicos, habitacionais, arranjo familiar e ambientais; elaboração de um índice de vulnerabilidade social; determinação da fragilidade ambiental das unidades ambientais; mapeamento dos elementos naturais e

sociais da cidade em estudo; integração e espacialização da vulnerabilidade socioambiental.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No município de Quixadá existem grandes desigualdades nas condições de vida e de acesso a serviços públicos, o nível dos problemas socioambientais em algumas áreas é bastante elevado, como podemos observar na (Figura 2) ruas com falta de infraestrutura pública.



Figura 2- Ruas de Quixadá/CE com problemas de infraestrutura.

Fonte: Autores (2020).

De acordo com CEARA (2009), o crescimento populacional, produz intensas alterações paisagísticas e promove o avanço acelerado em direção aos recursos naturais que se traduz numa excessiva interferência antrópica, contribuindo para o seu desequilíbrio e deterioração ambiental aumentando assim os índices de vulnerabilidade. Cria-se, nestes termos, uma massa de população vulnerável socialmente e a estabelecer-se em áreas vulneráveis ambientalmente, locais sem infraestrutura, principalmente sem saneamento básico. O município de Quixadá, cujos contrastes sociais são gritantes, é um exemplo a merecer estudos mais aprofundados sobre a vulnerabilidade socioambiental. O resultado esperado dessa pesquisa é dar visibilidade às áreas identificadas como de alta vulnerabilidade socioambiental, podendo trazer subsídios relevantes para o planejamento de políticas públicas sociais e ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma o trabalho poderá contribuir para subsidiar a tomada de decisões da gestão local, de forma a conhecer o fenômeno da vulnerabilidade e identificar as áreas de maior risco na região e assim, contribuir para a discussão de estratégias de adaptação a esses ambientes.

REFERÊNCIAS

CEARÁ. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **Caderno regional da sub-bacia do Banabuiú**. Fortaleza: INESP, 2009.

CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE. **Ceará em Mapas – caracterização territorial**. 2007. Disponível em <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11.htm> Acesso em 03.12.2020.

MAIA, R. P.; NASCIMENTO, M.A.L.; BEZERRA, F. H. R.; CASTRO, H.S.; MEIRELES, A.J.A.; ROTHIS, L.M. Geomorfologia do campo de inselbergues de Quixadá – NE do Brasil. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, N16, Vol.2, 2015.

SOUZA, M.J.N. Bases geoambientais e esboço do zoneamento geoambiental do Estado do Ceará. In: **Compartimentação Territorial e Gestão Regional do Ceará**. Fortaleza: Editora FUNCEME. 6 a 98p. 2000.

VÉRAS, M. Cidade, vulnerabilidade e território. **Ponto-e-Vírgula**, São Paulo, n. 7, p. 32-48, 2010.

ZANELLA, E. M. et al. VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DE FORTALEZA In: COSTA, L. C. M; DANTAS, C. W. (Orgs). **Vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi desenvolvido com o apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

CRUZANDO OS SERTÕES DA MATA BRANCA: EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NA CAATINGA

Adriana Silva Oliveira¹

¹Docente da EEMTI Edson Luiz Cavalcante de Gouvêa/Iguatu-CE, dri.geografia25@gmail.com

RESUMO

A Caatinga é uma vegetação típica da Região Nordeste do Brasil (Agreste e Sertão), formada por plantas adaptadas aos períodos de seca prolongados. Ocupa uma área de cerca de 800 mil km² e está incluída em nove estados: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais. O nome Caatinga é de origem indígena e significa “mata branca”. Apesar de ser exclusivamente brasileiro, se encontra como um dos menos protegido por políticas públicas. Dessa forma, esse trabalho objetivou preservar a caatinga na cidade de Iguatu/Ce, através de ações educativas e política pública municipal. Através de pesquisas bibliográficas, aplicação de questionários e de uma catalogação de plantas usada para arborização da cidade, foi criada uma proposta de lei e apresentada a Câmara Municipal. É por meio de ações educativas e políticas públicas que despertaremos nos sertanejos a curiosidade por conhecer e preservar nossa mata branca. E, para além da imagem de terras secas e inférteis que se fixa em nosso imaginário, a Caatinga trata-se de um ecossistema cheio de riquezas. Para acessá-las e preservá-las, é preciso conhecê-las.

Palavras-chave: Ecossistema; Mata Branca; Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A Caatinga é uma vegetação típica da Região Nordeste do Brasil (Agreste e Sertão), formada por plantas adaptadas aos períodos de seca prolongados. Ocupa uma área de cerca de 800 mil km² e está incluída em nove estados: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais (GOMES). O nome Caatinga é de origem indígena e significa “mata branca”.

As plantas da Caatinga apresentam modificações que permitem sua sobrevivência nos longos períodos de falta de água. São exemplos a queda das folhas na estação seca, a presença de caules e raízes suculentas que armazenam água e nutrientes, o ciclo de vida curto e a dormência das sementes (período em que elas ficam biologicamente paralisadas, aguardando condições favoráveis para brotar).

Para viver na caatinga os animais também se adaptaram as condições do ambiente, adquiriram hábitos de se esconder do sol em abrigos sombreados e de sair à tardinha, ou mesmo durante a noite, para caçar.

Atualmente, a Caatinga permanece como um dos ecossistemas menos conhecidos da América do Sul, do ponto de vista científico, soma-se a isso, o número bastante reduzido de unidades de conservação e as pressões antrópicas crescentes. Nesse contexto, sua diversidade biológica tem sido subestimada, e ele está entre os mais alterados pelas atividades humanas ao longo dos séculos, apesar de sua preservação ser de grande relevância para a manutenção dos padrões regionais e globais do clima, da disponibilidade de água potável, de solos agricultáveis e de parte importante da biodiversidade do planeta.

A utilização inadequada desse bioma pode levar ao desaparecimento de algumas espécies e à consequente perda da biodiversidade. A Caatinga deve ser considerada patrimônio biológico de valor incalculável e ser preservada e protegida, pois ela só existe no Brasil. Sua vegetação tem como finalidade proteger o solo, pois, sem ela o terreno sofre o processo de erosão, causado pelo vento e pela água que arrastam os sedimentos (terra, detritos vegetais). Esse processo torna o solo menos fértil e com pouca capacidade de armazenamento de água. Como consequência, o clima da região se torna cada vez mais seco e, ao longo dos anos, a região da Caatinga poderá se transformar em um deserto.

Na cidade de Iguatu/CE há uma carência de ações sustentáveis e políticas públicas que visam a valorização e preservação de espécies da Caatinga. Dessa forma, fazem-se os seguintes questionamentos: Que espécies são utilizadas para arborizar praças, avenidas e ruas de Iguatu? Que ações sustentáveis que visam preservar as espécies e o solo da caatinga na nossa cidade podem ser desenvolvidas? O que fazer para que a população residente nos Bairros Vila Neuma e Moura não jogarem lixo no Rio Jaguaribe que corta quase toda a cidade?

Foi a partir dessas observações que percebemos a necessidade de desenvolver atividades educacionais que visasse ressaltar a importância da Caatinga para manutenção de nosso ecossistema, além de mapear as principais áreas de arborização de Iguatu, e planejar ações sustentáveis para dá visibilidade as riquezas vegetais da caatinga. ao passo que, cada vez mais, o currículo escolar encontra-se comprometido com um ensino de qualidade e com a ideia de construção da cidadania na medida em que os conteúdos escolares são abordados como instrumentos necessários para que todos compreendam a realidade à sua volta e adquiram as condições necessárias para discutir, debater, opinar e mesmo intervir nas questões sociais que marcam cada momento histórico. Assim, trabalha-se não só o conteúdo pedagógico, como também a formação cidadã dos alunos.

Diante desta realidade, faz-se necessário conhecê-lo em seus pormenores, para, a partir daí compreender a real importância de sua conservação, bem como assegurar o interesse, resgate e divulgação dos conhecimentos acerca desse bioma.

Todos que convivem com a Caatinga e também a todos os jovens estudantes, devem melhor conhecer o ambiente em que vivem e percebam como é importante preservá-lo.

Afinal, a Caatinga ocupa uma boa parte do nosso território e permite que nela milhões de brasileiros vivam e busquem seu sustento.

As políticas públicas assumem um papel importante nesse contexto, pois alinha-se a vontade do poder público e das pessoas de preservar um bioma tão rico e desvalorizado.

METODOLOGIA

A elaboração de um trabalho como esse demanda uma série de etapas imprescindíveis, onde pode-se destacar: levantamentos bibliográficos, aplicação de questionários, pesquisas de campo, integralização dos dados e elaboração de um relatório.

No desenvolvimento da pesquisa pode-se afirmar que a utilização de pesquisa de campo foi de maneira indispensável, tendo em vista uma melhor interpretação espaço-temporal da área pesquisada.

Foi realizado um levantamento das espécies da caatinga utilizadas para a arborização de ruas, praças, avenidas e casa residenciais, com o objetivo de identificar a importância dada a essas espécies pela população de Iguatu/Ce. Entre os recursos utilizados para essa ação destaca as imagens obtidas por câmeras fotográficas e mapas manuais.

Nas pesquisas realizadas para identificar as áreas de proteção da caatinga em Iguatu, utilizamos o trabalho de catalogação desenvolvido pelo professor Dr. Bráulio Gomes, que criou junto com seus monitores uma APA – Área de Proteção Ambiental da Caatinga no campus do Instituto Federal – Vila Cajazeiras Iguatu. Onde nesse trabalho, é apresentado as espécies existentes nessa área no Livro Caatinga: espécies lenhosas e herbáceas.

Para alertar a população da importância de preservar a caatinga na nossa cidade, foi realizado uma ecofaxina nas margens do Rio Jaguaribe e replantio de mudas nativas pelos alunos, professores e moradores voluntários, e uma caminhada nos bairros Vila Moura e Neuma, tendo em vista que as pessoas residentes nesses bairros são beneficiadores da água que corre no rio e de boa parte da vegetação endêmica da caatinga.

Foi elaborado um Projeto de Lei, com o objetivo de fortalecer as políticas de valorização e preservação da Caatinga no Município, no qual foi apresentado ao secretário do Meio Ambiente da cidade e na câmara dos vereadores.

Também foi aplicado questionários a agricultores para identificar as práticas utilizadas por eles no manejo da terra. Sabendo da necessidade que os mesmos tem de utilizar os recursos da caatinga, foi sugerido a eles métodos mais sustentáveis de lidar com o solo, como o uso de um biofertilizante natural produzido com água, açúcar e folhas secas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto proporcionou o surgimento de uma Lei Municipal Nº 2.404/16, que dispõe da obrigatoriedade de fortalecer as ações voltadas para preservar e valorizar a Caatinga em Iguatu/Ce. É por meios de políticas públicas e educação que poderemos preservar nossa mata branca que vem a cada dia sendo mais e mais degradada.

Os agricultores após aplicarem o biofertilizante natural, obtiveram maior produtividade em menor tempo e alimentos mais saudáveis. Isso mostra que se usarmos de forma sustentável os recursos disponíveis na caatinga, contribuiremos para um ecossistema equilibrado.

A limpeza e replantio de plantas da caatinga, fez com que os alunos e moradores entenderam que fazem parte daquele espaço, e por isso devem preservá-lo, pois o fato de viverem na região denominada de “polígono das secas”, mais “castigada” com as estiagens prolongadas, devem cuidar e zelar o máximo do principal recurso para nossa sobrevivência: a água.

Na produção científica, o trabalho ganhou visibilidade após a Mostratec 2016 – Mostra de Ciência e Tecnologia (Brasileira e Internacional), habilitando o trabalho para uma publicação na revista InCiência, e premiado no Desafio Criativos da Escola, ficando entre as 11 equipes do Brasil.

Todos que convivem com a Caatinga e também a todos os jovens estudantes, devem melhor conhecer o ambiente em que vivem e perceber como é importante preservá-lo. Afinal, a Caatinga ocupa uma boa parte do nosso território e permite que nela milhões de brasileiros vivam e busquem seu sustento.

As políticas públicas assumem um papel importante nesse contexto, pois alinha-se a vontade do poder público e das pessoas de preservar um bioma tão rico e desvalorizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, torna-se evidente, e urgente, o conhecimento da flora, fauna, solo e clima, informações fundamentais para o desenvolvimento de quaisquer ações que venham a contribuir para um melhor planejamento de manejo, uso, conservação e enriquecimento da Caatinga.

A pesquisa científica deve ser desenvolvida visando impactos relevantes a construção do saber relacionado a prática cidadã. A valorização do nosso bioma vai além da preservação ambiental, no tocante a valorização dos valores culturais que são marcas do Nordeste. A identidade enquanto nordestino faz com que a nossa prática científica seja um elemento de busca para nos adaptarmos ao espaço que vivemos. Explorar o bioma do nordeste é proporcionar formas de aprendermos a conviver com as adversidades e mostrar que no sertão da mata branca há muitas riquezas a serem exploradas.

A Caatinga é o único bioma exclusivamente brasileiro. E, para além da imagem de terras secas e inférteis que se fixa em nosso imaginário, trata-se de um ecossistema cheio de riquezas. Para acessá-las e preservá-las, é preciso conhecê-las.

REFERÊNCIAS

LIMA, Bráulio Gomes de. **Caatinga: espécies lenhosas e herbáceas**. Mossoró-RN: EdUfersa, 2011.

BRASIL -MMA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE DOS RECURSOS HÍDRICOS. **Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Caatinga**. Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

MARTINEZ, Rogério; Vidal, Wanessa Pires Garcia. **Novo Olhar Geografia**. 1ª ed. São Paulo: FTD, 2013.

ANÁLISE PRELIMINAR DA SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO ASSENTAMENTO URBANO JEAN SILVA EM QUIXADÁ/CE

Antônio Jardel Passos de Oliveira¹, Francisca Andressa Wvictoria de Sousa Terto², Debora Ribeiro dos Santos³, João Luís Sampaio Olimpo⁴

¹Discente do Curso de Licenciatura em Geografia do IFCE, *Campus* Quixadá, jardelpassos66@gmail.com; ²Discente do Curso de Geografia do IFCE, *Campus* Quixadá wv.ifce.sousa@gmail.com, ³Discente do Curso de Licenciatura em Geografia do IFCE, *Campus* Quixadá, ³Discente do Curso de Licenciatura em Geografia do IFCE, *Campus* Quixadá, ribeiro.d.ifce@gmail.com, ⁴Professor do Curso de Licenciatura em Geografia do IFCE, *Campus* Quixadá, joao.olimpo@ifce.edu.br

RESUMO:

A intensificação do processo de crescimento urbano das cidades, culminou numa série de problemas interurbanos. Na cidade de Quixadá- CE, podemos identificar: a carência no planejamento urbano, a falta de infraestrutura e condições de moradias para as populações carentes. Este projeto de pesquisa está em fase inicial de desenvolvimento e objetiva analisar os níveis de vulnerabilidades socioambientais do assentamento urbano Jean Silva, destacando suas características ambientais, sociais, econômicas e infra estruturais que põem em risco à população. Para isto, serão desenvolvidas quatro etapas metodológicas; revisão bibliográfica; levantamento de dados secundários, entrevista com líderes e moradores; levantamento de campo. Por fim, realizaremos a apresentação, análise e sistematização dos dados coletados, elaborando mapas temáticos, com o auxílio do software ArcGIS 10.5, tabelas e gráficos com Microsoft Office Excel. Os resultados esperados são: diagnóstico da vulnerabilidade social e da fragilidade ambiental da comunidade foco deste estudo. Os resultados poderão contribuir para a discussão e auxiliar a tomada de decisão dos gestores públicos.

Palavras-chave: Assentamento urbano, vulnerabilidade socioambiental, risco.

INTRODUÇÃO

Após a primeira revolução industrial, que impulsionou o crescimento desordenado das cidades, perante a ausência de planejamento do uso e ocupação dos espaços urbanos, originaram vários transtornos na malha urbana, principalmente para as classes operárias. A segregação socioespacial, segregação socioambiental e vulnerabilidade socioambiental, são exemplos de processos socioambientais negativos que se originam a partir da eclosão urbana. A vulnerabilidade socioambiental alcançou grandes proporções no ambiente urbano. “Para fins metodológicos e analíticos, a vulnerabilidade socioambiental está sendo definida como a coexistência ou sobreposição espacial entre grupos populacionais muito pobres e com alta privação (vulnerabilidade social) e áreas de risco ou degradação ambiental (vulnerabilidade ambiental)” (ALVES, 2006, p. 43). A valorização e desvalorização de áreas, passou a selecionar quem iria compor cada uma das regiões dos centros urbanos, classificadas como regiões nobres ou áreas menosprezadas.

Nesse sentido, a parcela da população com menor poder aquisitivo foi se aglomerando e originando loteamentos clandestinos. Posteriormente, receberam novos terminologias, como favela e/ou assentamentos urbanos. “A autoconstrução em

loteamentos ilegais nas periferias urbanas e os domicílios em favelas tornaram-se a forma da classe econômica mais desfavorecida resolver seu problema de moradia” (CERQUEIRA et al, 2013). Zonas próximas a lagoa, córrego ou algum rio, apresentando risco enchente, deslizamento de terra ou sofrem constante poluição, são característicos destes espaços serem habitados por aqueles que não tem condições suficientes de se alocarem para regiões que não apresentem nenhum risco. “Sabe-se que as comunidades mais susceptíveis aos riscos naturais são aquelas que não possuem habitação de qualidade, principalmente no que tange às favelas e/ou loteamentos clandestinos” (ALMEIDA, 2010, p. 217). Junto com a criação desses novos subúrbios, veio os problemas na qual seriam submetidos os moradores que ocuparam esses territórios. “A própria ausência de infraestrutura urbana (água, esgoto, coleta de lixo, canalização de córregos, etc.) expõe as populações residentes nestas áreas a riscos ambientais, como as doenças de veiculação hídrica” (ALVES, 2006, p. 45).

O presente trabalho tem como o principal questionamento: Como a vulnerabilidade socioambiental é expressa no território do assentamento Jean Silva no município de Quixadá? A população está igualmente exposta aos mesmos riscos e perigos? Este trabalho parte da hipótese de que populações com características distintas, que ocupam áreas distintas, enfrentam e enfrentarão riscos também distintos. Desse modo, a pesquisa ainda que em caráter inicial, objetiva analisar os níveis de vulnerabilidade socioambiental em que se encontra o assentamento urbano Jean Silva no município de Quixadá-CE, e dessa forma busca identificar e analisar os riscos que estão submetida a população que habita a área.

MATERIAIS E MÉTODOS

O assentamento urbano Jean Silva, está localizado numa área próxima aos bairros Campo Novo e Putiu, perímetro urbano do município de Quixadá (Figura 01), no Sertão Central do estado do Ceará e é resultado da luta de um povo que se via desamparado e desassistido de políticas públicas e do poder municipal.



Figura 1. Mapa de localização da cidade de Quixadá-Ce.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A presente pesquisa é de caráter quali-quantitativa, por isso, a priori faremos uma revisão bibliográfica referente aos assuntos a serem abordados. Serão executados trabalhos de campo, como, mapeamento do território a ser trabalhado, como também aplicação de questionários com as famílias que residem dentro dos assentamentos, entrevista com os líderes comunitários dessa área. Posteriormente, será realizada a organização dos dados obtidos na pesquisa, resultando na formulação de mapas, gráficos, planilhas e tabelas. Utilizaremos os softwares ArcGIS 10.5 e Microsoft Office Excel.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O assentamento é resultado de ocupação irregular acarretada pelo déficit habitacional, que cresceu desordenadamente, ocupado por uma comunidade bastante carente, no ano de 2013. O terreno era propriedade da prefeitura municipal de Quixadá, que não era utilizado e estava em situação de abandono. Atualmente, residem no assentamento, entre 90 a 100 famílias. A área se divide em de 3 ruas e 3 travessas, que não estão registradas oficialmente. A pobreza é um fator de destaque, o que intensifica a dificuldade ao acesso à água potável, também implica na ausência de infraestrutura, como o saneamento básico, principalmente rede de esgoto, ocasionando a poluição de rios e córregos dentre outros (Figura 02).



Figura 2. Assentamento Jean Silva no município de Quixadá- Ce
Fonte: acervo dos autores (2020)

Ademais, não existe uma rede de eletricidade para os moradores, que utilizam de outros meios para obtenção de energia elétrica, pela ausência de saneamento básico e coleta de lixo, a população sofre com problemas relacionados ao alagamento das ruas, inundações e despejo inadequado do lixo. Portanto, é uma área que necessita de estudos que forneçam subsídios para o planejamento de políticas públicas sociais e ambientais, no que se refere à habitação e saneamento e mesmo organização do uso do solo para que esta população não seja empurrada para áreas ecologicamente frágeis como margens de rios e áreas mais frágeis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados esperados são: diagnóstico da vulnerabilidade social e da fragilidade ambiental da comunidade foco deste estudo. Os resultados poderão contribuir para a discussão e auxiliar a tomada de decisão dos gestores públicos. A partir deste trabalho, terá-se uma base para que os agentes públicos tenham maior capacidade de formular políticas públicas e ações que contribuam para a percepção de risco e desastres para reduzir a vulnerabilidade. Neste contexto, identificar o grau de vulnerabilidade das comunidades é uma importante medida para se minimizar os prejuízos materiais e humanos decorrentes dos desastres naturais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L, Q. **Vulnerabilidades Socioambientais De Rios Urbanos.** 2010. 310fls. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo, 2010.

ALVES, H, P, F. **Vulnerabilidade socioambiental na metrópole Paulistana: uma análise sociodemográfica das Situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais.** R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 23, n. 1, p. 43-59, jan./jun. 2006.

CERQUEIRA, L. F. F; PIMENTEL, S. L. **Política Habitacional Brasileira, a Proliferação de Assentamentos Informais e a Sustentabilidade Urbana na Cidade do Rio de Janeiro.** Labor & Engenho, Campinas [Brasil], v.7, n.2, p.26-44, 2013.

Eixo III
EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E ENSINO DE GEOGRAFIA

OS CONCEITOS DE BIOMA E DOMÍNIO MORFOCLIMÁTICO NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA DO 7º ANO DA REDE MUNICIPAL DE IGUATU, CEARÁ À LUZ DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

João Bandeira da Silva¹, Francisco Nataniel Batista de Albuquerque²

¹ Bolsista de iniciação científica (PIBIC/IFCE) do Curso de Licenciatura em Geografia do IFCE, *Campus Iguatu*. joao.bandeira.silva05@aluno.ifce.edu.br; ²Prof. Dr. Curso de Geografia do IFCE, *Campus Iguatu* nataniel.albuquerque@ifce.edu.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a abordagem dos conceitos de bioma e domínio morfoclimático no livro didático de Geografia do 7º ano da rede municipal de Iguatu, Ceará à luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A metodologia consiste na análise qualitativa da abordagem dos conceitos no livro didático da referida série. Entre os resultados está a inconsistência e a não abordagem desses conceitos pelo livro adotado, *Geografia convergências para anos finais*, onde os elementos naturais de vegetação, relevo, hidrografia e clima do Brasil são apresentados separadamente e os conceitos de bioma e domínio morfoclimático não são abordados dificultando a leitura dos componentes físico-naturais da paisagem a partir de uma leitura geográfica no ensino de Geografia.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Currículo; Geografia Física.

INTRODUÇÃO

A relevância dos conceitos no ensino da Geografia é compreendida através do espaço e da sua totalidade, pois “é necessário que os alunos dominem outros conceitos mais operacionais e que expressem aspectos diferentes do espaço geográfico: território, lugar, região, natureza e paisagem” (BNCC, 2018) como é o caso dos conceitos de bioma e domínio morfoclimático.

Segundo o IBGE (2004) o bioma é um agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e resultando em uma diversidade biológica própria. O domínio morfoclimático, por sua vez, é um grande conjunto do espaço geográfico, resultado das inter-relações entre os elementos, da paisagem como relevo, clima, solo e vegetação (SILVA, 2012).

A importância desses conceitos para a preservação ambiental consiste na necessidade de entender de forma sistêmica a importância da natureza para o equilíbrio do planeta, o qual é introduzido através do livro didático, pois compreende a relação e abordagem dos conceitos geográficos.

Diante disso, o objetivo é analisar a abordagem dos conceitos de bioma e domínio morfoclimático no livro didático de Geografia do 7º ano da rede municipal de Iguatu, Ceará à luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

REFERENCIAL TEÓRICO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem como referencial teórico os conceitos de currículo (BNCC, 2018), livro didático (CASTROGIOVANNI et al, 2010) e os conceitos aplicados de bioma (WALTER, 1986) e domínio morfoclimático (AB’SABER, 2007).

A compreensão dos territórios passa também pelo entendimento dos seus componentes físico-naturais e da biodiversidade, pois são elementos da paisagem que resultam da integração sistêmica da hidrografia, relevo, fauna e flora. No contexto da Geografia Escolar a abordagem dos conceitos de bioma e domínio morfoclimático dão significado a Geografia da Natureza no processo de ensino-aprendizagem.

Walter (1986 *apud* COUTINHO, 2006) destaca bioma como “uma área do espaço geográfico [...] que tem por características a uniformidade de um macroclima definido, de uma determinada fitofisionomia ou formação vegetal, de uma fauna e outros organismos vivos associados, [...]”.

O domínio morfoclimático, por sua vez, é descrito por Ab’Saber (2007), como “um conjunto espacial de certa ordem de grandeza-territorial [...] onde haja um esquema coerente de feições do relevo, tipos de solo, formas de vegetação e condições climático-hidrológicas”.

Dessa forma, a introdução desses conceitos no livro didático do 7º ano de Geografia, deve seguir uma diferenciação, pois o bioma é uma conceituação biológica, enquanto o domínio morfoclimático é uma conceituação geográfica, e não devem ser associados como sinônimos e sim complementares, mas é fundamental que o professor busque outros recursos para suprir algumas deficiências que o livro didático possa trazer (CASTROGIOVANNI et al, 2010).

Quanto aos procedimentos metodológicos foi analisado a abordagem dos conceitos de bioma e domínio morfoclimático no(s) livro(s) didático(s) de Geografia do 7º ano (tabela 1) adotado pela rede municipal de educação de Iguatu, série que aborda no currículo os referidos conceitos.

Tabela 1. Geografia no Ensino Fundamental (Anos Finais) - 7º ano.

Unidades Temáticas	Objetos de Conhecimento	Habilidades
Natureza, Ambientes e Qualidade de Vida	Biodiversidade brasileira	(EF07GE11) Caracterizar dinâmicas dos componentes físico-naturais do território nacional, bem como sua distribuição de biodiversidade (Florestas Tropicais, Cerrados, Caatingas, Campos Sulinos e Matas de Araucárias) (negrito nosso)
		(EF07GE12) Comparar unidades de conservação existentes no município de residência e em outras localidades brasileiras, com base na organização do Sistema Nacional de Conservação (SNUC).

Fonte: BNCC (2018), tabela elaborada pelo autor.

As habilidades que foram escolhidas são os componentes físico-naturais e o de biodiversidade, por terem uma integração nos conceitos referidos, seguindo a proposta do objeto de conhecimento, a *Biodiversidade Brasileira*, e a unidade temática, *Natureza, Ambientes e Qualidade de Vida*, pois articula a Geografia Física e a Geografia Humana, com destaque para a discussão dos processos físico-naturais do planeta Terra (BNCC, 2018).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A disciplina de Geografia das séries do Ensino Fundamental II da rede municipal de Iguatu adota apenas uma coleção didática, *Geografia convergências para anos finais*, da autora Valquíria Pires Garcia, editora SM Educação, 2018, aprovada pelo Plano Nacional do Livro de Didático (PNLD) de 2020.

O conteúdo do livro do 7º ano está estruturado por uma caracterização geral dos aspectos físicos-naturais do Brasil, no primeiro momento, e dando sequência a um recorte regional dos aspectos naturais específicos de cada região político administrativa do país, expondo assim a sua biodiversidade e seus componentes naturais (Figura 1).



Figura 1. Esquema dos capítulos do livro de didático do 7º ano.

Fonte: Esquema elaborado pelos autores.

Os conceitos de bioma e domínio morfoclimático não são citados em nenhum momento no livro didático pesquisado, uma deficiência, porque o bioma incorpora fatores bióticos e abióticos da paisagem, e o domínio morfoclimático inclui esses elementos e, principalmente o relevo, fazendo parte dos componentes físico-naturais e da biodiversidade do território nacional.

De acordo com a BNCC (2018, p. 382) no “7º ano, os objetos de conhecimento abordados partem da formação territorial do Brasil, sua dinâmica sociocultural, econômica e política”, acrescenta ainda:

[...] essas noções ganham dimensões conceituais mais complexas, de modo a levar os estudantes a estabelecer relações mais elaboradas, conjugando natureza, ambiente e atividades antrópicas em distintas escalas e dimensões socioeconômicas e políticas. [...] BNCC (2018, p. 364)

Diante desse pressuposto, o livro didático de Geografia utilizado na rede de Educação do município de Iguatu-CE, tem uma inconsistência na abordagem dos referidos conceitos, mais complexos e que levam, portanto, os estudantes a estabelecerem relações mais elaboradas, como propõe a BNCC. A abordagem pode ser iniciada com a definição conceitual no momento de apresentação dos aspectos físico-naturais do Brasil, uma classificação mais geral, tendo a escala de menor detalhe. Num segundo momento, os conceitos poderiam ser aplicados ao contexto natural de cada região político-administrativa evidenciando suas particularidades.

Embora a discussão perpassasse pelos tipos de vegetação, clima, relevo e hidrografia, o livro didático não os integra às conceituações mais complexas de

bioma e domínio morfoclimático, fazendo com que cada aspecto fique separado e não tenha nenhuma relação um com o outro. Isso é observado nos mapas de Climas do Brasil e as Formações Vegetais Brasileiras (Figura 2), os quais são apresentados separadamente não estabelecendo relação com o conceito de bioma.



Figura 2. Mapas de Clima e Vegetação do livro *Convergências Geografia – Anos Finais – 7º ano*.
Fonte: fotografias dos autores.

Como não tem essa apresentação dos referidos conceitos no início do livro, o entendimento de outros aspectos naturais em uma escala de maior detalhe, para cada região do Brasil, é frágil e acaba fazendo com que o aluno não perceba a integração conceitual com as características da biodiversidade e dos componentes físico-naturais de cada região do país.

Contudo, esses conceitos fazem parte das habilidades e dos objetos de conhecimento do currículo do 7º ano. Dessa forma, faz-se necessário que o material didático aborde esses conceitos seguindo o currículo oficial e a importância dos biomas e dos domínios morfoclimático brasileiros.

CONCLUSÕES

O livro didático é um dos instrumentos indispensáveis para o professor de Geografia como recurso didático-pedagógico, assim engendrando para a aprendizagem do conhecimento geográfico. Por meio dele o debate é feito para uma construção do conhecimento impresso visando a ampliação do universo dos saberes.

Tendo em vista o exposto, considera-se que o material deve abordar os conceitos de bioma e domínio morfoclimático, que fazem relação tanto com as habilidades, o objeto de conhecimento e as unidades temáticas propostas pela Base Comum Curricular (BNCC), pois é a partir destes que os discentes podem perceber e atribuir a

relação de um clima com um tipo de vegetação específica ou a integração do relevo com o clima, a vegetação e a hidrografia.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil – potencialidades paisagísticas**. 4ª edição, 2007. Ateliê Editorial: São Paulo 144 p.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- CALLAI, H. C.; CASTROGIOVANNI, A. C.; KAERCHER, N. A.; SCHARFFER, N. O. **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. 5ª edição, 2010. Editora da UFRGS, Associação dos Geógrafos Brasileiros: Porto Alegre.
- COUTINHO, L. M. O conceito de bioma. **Acta Bot. Bras.** vol. 20 n.1 São Paulo Jan./Mar. 2006.
- GARCIA, V. P. **Convergências Geografia: ensino fundamental: anos finais: 7º ano**. 2. ed. São Paulo: Edições SM, 2018.
- IBGE. 2004. **Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Instituto brasileiro de Geografia e Estatística. Kormondy, E.J. 1969.
- SILVA, D. B. **OS DOMÍNIOS MORFOCLIMÁTICOS DO BRASIL**. 2012. Disponível em: <https://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/15415316022012Geografia_do_Brasil_Aula_3.pdf> Acesso em: 18 nov. 2020.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Instituto Federal do Ceará (PIBIC/ IFCE).

A IMPORTANCIA DAS METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO SUPERIOR

João Paulo Ricarte Pereira¹

¹Discente do Curso de Direito da Estácio, *Campus Fortaleza*, joaopaulo565@gmail.com

RESUMO

No ensino superior, as instituições de ensino, buscam continuamente formas de instituir métodos de ensino que despertem o interesse do aluno, surgindo então, as metodologias ativas. As metodologias ativas são encaradas como formas de desenvolvimento do processo de aprendizagem, utilizadas pelos professores na condução da formação crítica dos alunos que posteriormente serão profissionais do curso o qual estão inseridos. Objetiva-se com o presente estudo discutir a importância das metodologias ativas no ensino superior. Diante disso, a presente pesquisa, justifica-se na discussão da importância dessa metodologia no ensino-aprendizagem desses alunos e na contribuição que esta proporcionará a curto e longo prazo na vida profissional destes. Para isso, o presente estudo será realizado através de uma revisão de literatura de pesquisas científicas frente ao tema, que possam dar validade e credibilidade a este trabalho. Diante de tudo isso, as metodologias ativas são utilizadas para inserção do estudante dentro das atividades ofertadas pelas instituições e planejadas por professores, para que estes aprendam de forma significativa e também sejam responsáveis pelo seu aprendizado.

Palavras-chave: Ensino Superior, Metodologias Ativas, Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

No ensino superior, as instituições de ensino, buscam continuamente formas de instituir métodos de ensino que despertem o interesse do aluno, surgindo então, as metodologias ativas. Onde os métodos ativos surgem como uma ferramenta de melhoria para o processo de ensino-aprendizagem, favorecendo o rendimento do aluno, as auxiliando-o em suas principais dificuldades apresentadas (LACERDA; SANTOS, 2018).

As metodologias ativas de ensino aparecem como alternativas capazes de atender às demandas e desafios da educação atual. Nos dias atuais, grande parte das instituições de ensino, ainda se utilizam de metodologias tradicionais de ensino, ou seja, o ensino é baseado única e exclusivamente no professor. As mudanças na sociedade e o avanço tecnológico trouxeram à tona novos paradigmas para o processo de ensino-aprendizagem. A metodologia ativa está em contraste com os métodos tradicionais de ensino, pela mudança de papel do aluno. A mudança fundamental está no papel que o professor assume, passando de protagonista para coadjuvante do processo de aprendizado de seus alunos.

De acordo com Azevedo; Pacheco; Santos (2019),

A escolha da metodologia ocorre a partir da observação da realidade, isso explica porque falamos de metodologias, no plural, para evidenciar a ampla variedade de metodologias ativas no ensino superior, as quais podem ser utilizadas de acordo com o objetivo e a realidade dos discentes. Os principais pontos positivos da utilização de metodologias ativas: a) aproximação da realidade; b) integração entre a teoria e a prática; c) preparação para o trabalho em grupo; e d) aluno como responsável pela sua aprendizagem. A importância das metodologias ativas, se dá pelo processo centrado no aluno, onde a

resolução de problemas e vivência da aprendizagem e a consciência de seu processo (metacognição) são privilegiadas.

Considerando o seu conceito e aplicabilidades, a metodologia ativa une atividades educacionais, ferramentas de ensino, metodologias de aprendizagem e todo eixo que possibilite o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos. Pode-se citar como exemplos de metodologias: aprendizagem baseada em projetos (ABP), aprendizagem baseada em problemas, gamificação, sala de aula invertida, aprendizagem entre pares. A utilização dessas metodologias possibilitará que o aluno possua conhecimentos e consequentemente um melhor desenvolvimento dentro da sala de aula (GUIMARÃES et al., 2016).

Diante disso, mediante o conteúdo elencado, objetiva-se com o presente estudo discutir a importância das metodologias ativas no ensino superior. Na Educação Superior, tornou-se imprescindível a busca por alternativas metodológicas que promovam motivação e despertem o interesse dos alunos em aprender. Desta forma, torna-se indispensável a utilização de diferentes metodologias ativas de ensino objetivando uma melhor aprendizagem dos estudantes, relacionada à sua profissão. Destacam-se nessa questão, as metodologias ativas, que são empregadas como uma metodologia interativa e participativa (SCHLICHTING; HEINZLE, 2020). A presente pesquisa, justifica-se na discussão da importância dessa metodologia no ensino-aprendizagem desses alunos e na contribuição que esta proporcionará a curto e longo prazo na vida profissional destes.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados para a realização deste estudo compreenderam a execução de uma pesquisa exploratória do tipo bibliográfica, que objetivou apresentar, de forma bastante objetiva, alguns pontos e discussões em torno tema, que possam dar validade e credibilidade.

A pesquisa bibliográfica condiz ao levantamento de toda a literatura já publicada, em forma de artigos, revistas, livros e publicações avulsas. Tem por finalidade fazer o contato direto entre pesquisador e material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise. Deve-se considerá-la como o passo principal de uma pesquisa científica (MARCONI & LAKATOS, 2017). Tendo como descritores: Ensino Superior. Metodologias Ativas. Aprendizagem. Todas as buscas foram realizadas durante os meses de outubro a novembro de 2020. A seleção de artigos e livros foi realizada em conformidade com o assunto proposto, artigos publicados em periódicos nacionais e artigos publicados até o ano de 2020. Ressalta-se que a delimitação quantitativa dos artigos, não impossibilitou o desenvolvimento da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As metodologias ativas são encaradas, portanto, como estratégias de potencialização de ações de ensino-aprendizagem através da relação do estudante como participante do processo e um meto observador, essa promoção direta do ensino dentro do processo de ensino-aprendizagem, relaciona uma estratégia fundamental para o desenvolvimento da autonomia dos alunos. Discute-se, dentro das metodologias ativas, processos metodológicos, como a aprendizagem baseada em projetos, a aprendizagem baseada em problemas, gamificação, sala de aula invertida, aprendizagem entre pares (SANTOS, 2016).

Quando se fala em instrução por pares, tem-se que é um tipo de metodologia ativa que objetiva relacionar alunos em atividades que gerem discussão de conteúdo. Para essa metodologia ser executada é necessário que cada aluno estude os conteúdos indicados para a discussão e explique ao seu par o que o mesmo entendeu sobre o conteúdo lido, sendo desta forma, uma forma de aprendizagem cooperativa, amplificando a interação entre os alunos (FERREIRA; MOREIRA, 2016). Para a metodologia de gamificação se afirma que essa se dá através da aplicação de jogos em contextos reais da vida acadêmica, induzindo que os estudantes realizem exercícios mais lúdicos dentro da graduação (MORESI et al., 2019).

Já na sala de aula invertida, o professor deverá realizar a inversão de sua sala de aula, onde os alunos são direcionados para conteúdos fora da sala de aula por meio da utilização de vídeo-aula, dentre outras plataformas. Já em sala de aula, serão realizadas atividades para efetivar o que aprenderam por meio da sala de aula invertida. Diante disso, o educador se torna o principal responsável na absorção de conteúdos pelos alunos, por meio do emprego de aulas diferenciadas (VARGAS; SHERER; GARCIA, 2020).

O aluno é incentivado a utilizar as ferramentas disponíveis, a tecnologia e seu raciocínio lógico para dar uma resposta satisfatória ao problema proposto. É notório, portanto, ao longo da pesquisa que é de extrema importância a correlação dos alunos e dos professores junto à facilidade do processo de ensino-aprendizagem desempenhado pelas metodologias ativas, sendo estas uma forma de envolver os alunos. Focar no ensino tradicional e engessado e deixar de lado as metodologias ativas e mais recentes é negar o andar dos anos, é ignorar a mudança que existe e está presente entre nós. Se observa, deste modo, que dentro do âmbito educativo, as metodologias ativas facilitam esse o processo de ensino, já que se dão por meio da utilização de elementos reais, mostrando-se como um desafio que faz o aluno pensar, buscar soluções e desenvolver o seu conhecimento de uma forma ampliada e diferenciada que se dará positivamente

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As metodologias ativas, deste modo, são elementos fundamentais para a forma de ensino atual, já que diferente de outros tempos, atualmente o ensino se dá de forma mais dinâmica, através da inserção de tecnologias, de acesso à informações e essas questões necessitam ser aproveitadas, principalmente através do uso das metodologias ativas, onde o educador, por meio do emprego destas, estimula os alunos a promover conhecimento, interagir de forma grupal e solucionar problemas, o que dentro do ensino superior irá refletir na vida profissional que o aluno irá desenvolver posteriormente.

Deste modo, diante de tudo isso, as metodologias ativas são utilizadas para inserção do estudante dentro das atividades ofertadas pelas instituições e planejadas por professores, para que estes aprendam de forma significativa e também sejam responsáveis pelo seu aprendizado. Assim, haverá a contribuição junto a formação acadêmica e profissional do aluno, transformando-o em um sujeito ativo, autônomo e crítico.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, S. B; PACHECO, V. A; SANTOS, E. A. **Metodologias ativas no ensino superior: percepção de docentes em uma instituição privada do distrito federal.** Rev.Docência Ens. Sup. v. 9, 2019.
- FERREIRA, E. D; MOREIRA, F. K. **Metodologias ativas de aprendizagem: relatos de experiências no uso do peer instruction,** 2016.
- GUIMARÃES, J. C. F. et al. **Formação Docente: Uso de Metodologias Ativas Como Processo Inovador de Aprendizagem para o Ensino Superior,** 2016.
- LACERDA, F. C. B; SANTOS, L. M. **Integralidade na formação do ensino superior: metodologias ativas de aprendizagem.** Revista Avaliação. v. 23, n. 3, 2018.
- LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MORESI, E. A. D. **Gamificação como Metodologia Ativa: estudo de caso na disciplina de Engenharia. Sistemas, cibernética e informática.** v. 16, n. 2, 2019.
- SANTOS, J. P. **Uso de metodologias ativas de ensino em instituições de ensino superior,** 2016.
- SCHLICHTINGi, T. S; HEINZLE, M. R. S. **Metodologias ativas de aprendizagem na educação superior: aspectos históricos, princípios e propostas de implementação.** Revista e-Curriculum. v.18, n.1, 2020.
- VARGAS, S. B. SHERER, A. P. Z; GARCIA, L. S. **As metodologias ativas no ensino da contabilidade: relato de experiências na sala de aula.** Braz. J. of Develop. v. 6, n. 1, 2020.

GEOZINE MULTIESCALAR: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA AO ENSINO DE CARTOGRAFIA

Jonas Lima Maciel¹, Cilianny de Lavor Alves²,
Francisco Nataniel Batista de Albuquerque³

¹Discente do Curso de Licenciatura em Geografia do IFCE, *Campus Iguatu* jonaslimamaciel@hotmail.com; ²Discente do Curso de Licenciatura em Geografia do IFCE, *Campus Iguatu* cilianny20@gmail.com; ³Professor do Curso de Geografia do IFCE, *Campus Iguatu* nataniel.albuquerque@ifce.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo propor uma metodologia de ensino de Cartografia a partir da construção de geozines, tomando como base a proposta de Silva (2018). A adaptação compreende a utilização de diferentes escalas geográficas e cartográficas e representações (planta e perfil). Usando tal metodologia que envolve a produção de livretos com temáticas possíveis de se trabalhar as diferentes escalas, visamos facilitar o entendimento dos conteúdos da disciplina de Cartografia. Podemos observar que a atividade realizada foi de grande importância para a aprendizagem e para a formação dos estudantes. Identificamos algumas dificuldades que poderão agora ser trabalhadas para que não ocorra a perpetuação desses problemas. Além disso, percebemos o melhor entendimento nos conceitos da disciplina, caracterizando essa prática como uma alternativa auxiliadora para o ensino de Cartografia.

Palavras-chave: Cartografia; Geozine; Escala.

INTRODUÇÃO

A Cartografia é vista como uma ferramenta de extrema importância no ensino de Geografia e outras ciências, além de necessária no cotidiano para haver organização e solução de problemas. Esta foi se desenvolvendo no decorrer da história e na contemporaneidade exerce fundamental papel para a humanidade levando soluções para problemas urbanos, de segurança, saúde pública, turismo e auxiliando as navegações como ressalta (ALBUQUERQUE, 2010 *apud* BAGGIO, 2017, p. 18).

A Cartografia é de grande relevância para o entendimento da análise geográfica, além disso, nos proporciona um meio de representar a realidade numa perspectiva gráfica, fazer análises de áreas, estudos sobre um tema específico dentre outras utilidades. Entretanto, essa disciplina sofre com certa aversão e é tida como uma matéria de grandes dificuldades (LUNKES E MARTINS, 2007, p. 7).

O ensino dos conceitos da Cartografia inicia-se ainda na Educação Básica como discute Simielli (1999). No entanto, a aprendizagem de cartografia no ensino básico, muitas vezes não é dada de forma correta ou os professores acabam por excluí-la do ensino de geografia por não terem domínio dessa área (LUNKES E MARTINS, 2007, p.11).

Dessa forma, esse projeto tem por finalidade facilitar a aprendizagem dos conteúdos básicos da Cartografia, especialmente dos conceitos de escala cartográfica e geográfica a partir da adaptação metodológica do geozine proposto por Silva (2018).

O ENSINO DE CARTOGRAFIA E A IMPORTÂNCIA DAS ESCALAS CARTOGRÁFICAS E GEOGRÁFICAS

O analfabetismo cartográfico tem sido algo corriqueiro nas escolas, esse fator é causado principalmente por formações deficitárias nas disciplinas de Cartografia e tem uma reação em cadeia (LUNKES E MARTINS, 2007 p. 5). Para que não ocorra a perpetuação dessa problemática é necessário que a alfabetização cartográfica inicie-se ainda nos primeiros anos do ensino fundamental.

Nesse contexto, Simielli (1999, p.98), estabelece pontos para que a compreensão das representações cartográficas não seja comprometido. Ela coloca que aos alunos de primeira a quarta série deve-se trabalhar elementos básicos de como: mapas, plantas, legenda e escala, bem como na quinta e sexta série.

Sobre a escala cartográfica, Castro (1995 p. 117) destaca “como recurso matemático fundamental da cartografia a escala é, e sempre foi, uma fração que indica a relação entre as medidas do real e aquelas da sua representação gráfica”. Já a escala geográfica é compreendida por Silveira (1996, p. 88) como uma “concepção geométrica do espaço”, como um zoom sobre determinada área que permite obter mais detalhes e observar a atuação de determinados fenômenos. Assim, acreditamos que a prática do geozine multiescalar irá contribuir na relação realidade-representação, já que os alunos usarão elementos ligados à sua vivência.

GEOZINE MULTIESCALAR: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

A Geografia possui diferentes linguagens (música, literatura, cordel, mapas, etc.), o uso dessas linguagens dinamiza o processo de aprendizagem e aumenta o interesse dos alunos desenvolvendo seu raciocínio. O geozine é mais uma dessas linguagens didáticas que visa estimular a criatividade e tornar o ensino mais prático e eficaz. Para Silva (2018, p. 91):

O Geozine é uma linguagem didática para a Geografia escolar. O professor ao selecionar os conteúdos a serem ensinados e ao materializar tais conteúdos na criação do Geozine combina elementos diversos da linguagem e metodologicamente contribui para que os alunos desenvolvam o raciocínio espacial, além de despertarem para a criatividade. É um trabalho que pode ser feito individual, em dupla ou em equipe.

Essa metodologia faz uso de revistas, grampeadores, papéis e outros materiais que sejam de interesse do aluno e do professor, dependendo do tema escolhido. É inspirada nas *fanzines* que são publicações independentes e amadoras quase sempre em pequena tiragem, em livretos (MAGALHÃES 2013 *apud* SILVA, 2018). Segundo Silva (2018, p. 16) “O Geozine é uma metodologia de ensino desenvolvido a partir da combinação que usa a arte e as linguagens criadas pelos alunos (...)”.

A adaptação para a Cartografia implica na necessidade de unir teoria e prática através do tema e das formas de representação de como se dá a compreensão dos fenômenos geográficos em suas várias escalas e proporções. Dessa forma, a criatividade dos alunos é instigada e é permitido que eles se adaptem ao protagonismo que precisarão em toda sua carreira docente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atividade realizada (figura 1) foi de grande importância tanto para o aprendizado como para a formação dos alunos, como eles mesmos salientaram. Um deles classificou-a como “inclusiva e necessária” e que possibilitou uma aprendizagem mais simples e de fácil entendimento desmistificando a aversão que se tinha com essa disciplina e com o conteúdo de escala. Para os discentes:

“O geozine é muito importante, pois traz uma maneira mais didática de repassar o conteúdo, é mais dinâmico e coloca o aluno numa posição de construção do seu conhecimento”. (aluno A). É importante porque minuciamos informações em algo que é muito complexo como a Cartografia. E sendo um trabalho bem feito, resumidamente se torna completo. (aluno B). É importante porque aborda assuntos geográficos de forma clara, e chama a atenção das pessoas por ser uma forma diferente de produção. (aluno C).”

Figura 1. Atividade prática do geozine multiescalar.



Fonte: Autores do artigo.

Durante a prática percebemos que a maioria dos estudantes não tiveram dificuldades em compreender as duas escalas (figura 02) em suas definições já em suas aplicabilidades tiveram alguns contrapontos, especialmente com a cartográfica. A dificuldade em encontrar relação de proporcionalidade, erros de interpretação e a confusão entre as escalas foram as questões mais observadas.

Outro aspecto exigido aos alunos nos geozines foi que nas produções houvesse representações em perfil e planta (figura 03), boa parte deles produziram de fato esses dois tipos de representações. Outros, inclusive se dedicaram mais a expressar suas ideias nessas duas formas, mostrando suas diferenças e peculiaridades já que tiveram dificuldades em usar a escala. Sobre o conceito dessas representações um dos estudantes coloca:

“Representação de perfil seria alguma área fotografada/representada no mesmo ângulo, em um ângulo de frente. Em planta, seria algo representado/fotografado em uma visão de topo em um ângulo de 90°” (Aluno D).



Figura 2. Exemplo de Geozine com representação em escala geográfica e cartográfica. Fonte: Autores do artigo.

Com essa metodologia e a avaliação seguinte é perceptível o entendimento mais claro desses conceitos, confirmando a prática do geozine como uma alternativa auxiliadora no ensino de Cartografia. Entretanto, outros estudantes não conseguiram correlacionar a produção com a escala, mostrando a dificuldade de alguns no entendimento dos conceitos da disciplina de cartografia.

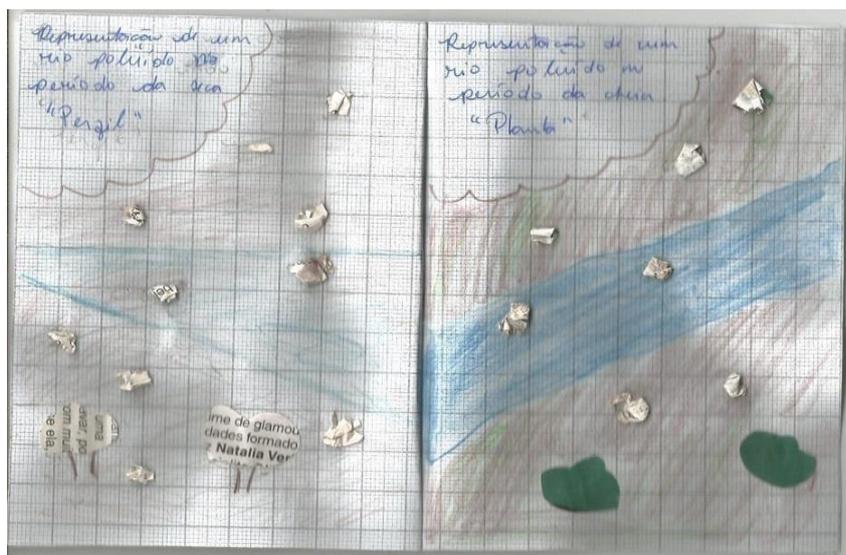


Figura 3. Geozine com representação em perfil e planta com a temática poluição no contexto das secas e cheias da região. Fonte: Autores do artigo.

As dificuldades no entendimento dos conceitos da Cartografia conseguiram ser identificadas, facilitando dessa forma o ensino e aprendizagem de Cartografia e nos permitindo trabalhar com mais frequência os temas que estão gerando dúvidas. Analisando a opinião dos discentes podemos citar alguns pontos positivos: novo método de aprendizagem, desenvolvimento das atividades artísticas e da criatividade, forma divertida de se aprender, liberdade para a escolha do tema, interação da turma e contatos com outros métodos de ensino.

A atividade foi desenvolvida no tempo de três a quatro horas, ao abrir para sugestões, os alunos sugeriram mais tempo e materiais como: revistas, jornais e

mapas. Pontuaram também que essas aulas deveriam acontecer com mais frequência, já que segundo um deles “gera um grande aprendizado” (ALUNO E).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da execução da atividade e da experiência com a disciplina de Cartografia, percebe-se a importância desta para o ensino de Geografia, bem como, as dificuldades de aprendizagem por parte de alguns estudantes, tal fator acarreta vários de prejuízos para o conhecimento geográfico. A prática do geozine possibilitou aos estudantes terem contato com fatores que serão de grande importância em seu desenvolvimento.

Dessa forma, permitiu a inclusão da turma, a socialização dos saberes e apresentou uma metodologia que poderá ser muito útil na formação e na vida profissional dos futuros docentes. Por fim, salientamos a importância da Cartografia para a Geografia. Trazendo o geozine multiescalar como uma metodologia alternativa ligada ao ensino dessa disciplina, uma forma dinâmica e prática de se trabalhar e obter conhecimentos para a compreensão da Cartografia e interpretação de mapas em diferentes níveis e modalidades de ensino.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. D. de; ALMEIDA, R. A. de. Fundamentos e perspectivas da cartografia escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 66, n. 4, jul./ago. 2014. p. 885-897. Disponível em: <http://www.lsie.unb.br/rbc/index.php/rbc/article/view/929/717> Acesso em: 11 de fev. de 2019.
- BAGGIO, L. M. **A importância do uso da cartografia nas aulas de geografia**. Jacarezinho, 2017.
- CASTRO, I. E. O problema da escala. *In: Geografia: Conceitos e Temas* org. I.E.Castro, P.C.C. Gomes e R.L. Corrêa, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.
- LUNKES, R. P.; MARTINS, Gilberto. **Alfabetização cartográfica: um desafio para o ensino de geografia**. UNIOESTE, 2007.
- MAGALHÃES, H. **O rebuliço apaixonante dos fanzines**. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2013.
- SILVA, A. M. G. da. **Geozine: linguagem para o ensino do conteúdo de região na geografia escolar**. 2018. 121f. Dissertação (Mestrado Profissional em Geografia) - Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.
- SILVEIRA, M. L. **Escala geográfica: da ação ao império?**. *In: Colóquio O Discurso Geográfico na Aurora do Século XXI*. Pós-Grad. em Geografia, UFSC, Florianópolis, 1996.
- SIMIELLI, M. E. R. Cartografia no Ensino Fundamental e Médio. *In: CARLOS, A. F. A., Org. A Geografia na Sala de Aula*. São Paulo: Editora Contexto, 1999. P. 92-109.

O ENSINO BÁSICO FRENTE A PANDEMIA DO COVID-19

Cícera Leite Mariano¹, Edcleide Gomes de Lima²

¹Discente do Curso de Licenciatura em Geografia da UFCG, *Campus* de Cajazeiras ciceramariano2@gmail.com; ²Discente do curso de licenciatura em geografia da UFCG campus de Cajazeiras, edcleideglima@gmail.com

RESUMO

O objetivo do artigo é conhecer a visão de alunos do ensino básico do nível médio. O nosso problema de pesquisa está circunstanciado nos embates e desafios dos alunos frente à pandemia e o modelo de educação vigente nesse momento. Para atingirmos o nosso objetivo realizamos a aplicação de um questionário com perguntas objetivas aos alunos do 1º e 2º ano do Ensino Médio da Escola Estadual de Curso Normal em Nível Médio São José, no município de São José de Piranhas - PB.

Palavras-chave: Ensino remoto; ensino básico; pandemia,

INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19 vem ocasionando desafios para todos os setores, no Brasil e no mundo. Como medida para frear a rápida disseminação, o distanciamento social tem sido adotado nas escolas Aulas remotas e educação a distância para dar continuidade ao ano letivo em meio às restrições impostas pela pandemia de COVID-19.

Na educação, essas medidas implicam no fechamento de redes de ensino públicas e privadas, e interrupção das aulas presenciais. Muitas redes de ensino já estão lançando recursos digitais nos moldes da Educação a Distância (EaD). Mas estratégias de ensino a distância, por mais importantes que sejam no atual momento são limitadas e não atinge a todos os discentes da mesma maneira.

Diante desse contexto, o presente trabalho busca recorrer a dados existentes para iluminar os desafios e limitações do ensino a distância. Não é o nosso objetivo comparar as aulas presenciais e as aulas a distância. No atual cenário a questão é adotar aulas a distância para tentar reduzir o impacto da ausência de aulas presenciais na vida dos milhares de alunos na idade escolar.

Com o Regime Especial de Ensino é implantado em um momento onde os sentimentos de medo e insegurança assola toda a sociedade. Esses sentimentos levam os professores a pensar: Como tornar o ensino relevante? Como tornar o processo de ensino-aprendizagem dinâmico e ao mesmo tempo manter o caráter de seriedade com as limitações do ensino remoto?

Como define Girotto (2009) é este caráter imprevisível, não-controlável, não pré-definido das relações sócio-espaciais que se desenvolvem a partir das escolas. E é nesse cenário de caráter imprevisível, das relações que se desenvolvem na escola em um espaço virtual devido ao Regime Especial de Ensino que se desenvolveram as atividades na Escola Estadual de Curso Normal em Nível Médio São José.

REFERENCIAL TEÓRICO

Na atual realidade da educação é por meio das tecnologias e softwares, aplicativos que se caracteriza a EAD tal qual a conhecemos na atualidade. Os Ambiente Virtual de

Aprendizagem por exemplo é um ambiente que possibilita o processo de ensino e aprendizagem, assim como a interação entre alunos/professores e alunos/alunos. Essa interação entre os alunos e professores se deve de forma as responder as necessidades do aluno.

Nesta modalidade, o processo de aprendizagem pode acontecer de forma autônoma, quando o aluno opta por estudar sozinho ou na relação com o outro, em sua busca pelo conhecimento troca com seus pares, utilizando-se dos chats e fóruns disponíveis na internet, vídeos em canais no YouTube informações e conteúdos que contribuem para sua aprendizagem, nesse sentido a postura do aluno e professor se reconfiguram.

“A Educação à Distância não surgiu no vácuo” (KEEGAN, 1991, p. 11), pois ela tem uma ampla trajetória histórica. Porém, a delimitação das origens da EAD é um assunto que oferece controvérsias. Alguns autores consideram que a primeira experiência de EAD aconteceu com a invenção da imprensa, de Gutemberg, no século XV. Para BASTOS, CARDOSO e SABBATINI (2000).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Muitos foram os questionamentos ao se dá início a essa nova fase da educação, e muitas as dificuldades que vinham com essa modalidade. A partir do cenário observado nas escolas públicas surgiu o questionamento de como os alunos estavam enfrentando essa nova realidade.

Sendo assim, foi aplicado um questionário on-line com alunos da Escola Estadual de Curso Normal em Nível Médio São José, no município de São José de Piranhas - PB sendo 4 questões.

Um dos questionamentos era se os alunos já conheciam as aulas EAD antes da pandemia, de 52 respostas 69,2% responderam não como pode ser observado na figura.

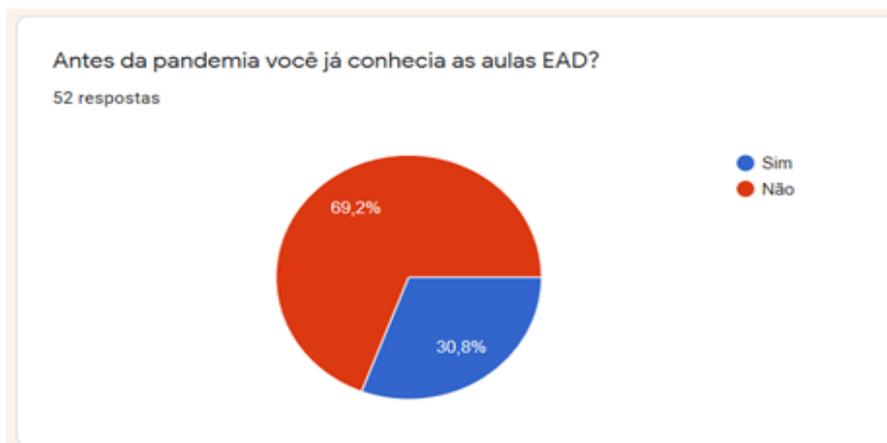


Figura 1. Conhecimento do ensino EAD

Fonte: MARIANO, Cícera Leite; LIMA, Edcleide Gomes de. (2020)

Em virtude da globalização e do processo constante da disseminação a informação muitas vezes subtemde-se que todas as pessoas têm acesso a internet, redes sociais, sabem usar se não essas tecnologias atuais mais uma parte dela, é ingenuidade acreditar que a globalização atingiu todos os locais mundo de forma igual, e nesse período de pandemia é perceptível as disparidades existentes, alunos sem acesso à internet, sem saber usar nenhum tipo de tecnologia justamente por não ter acesso, e até

mesmo professores nessa situação como pode ser observado na figura 2 15,1% dos alunos não tem acesso a internet em casa.

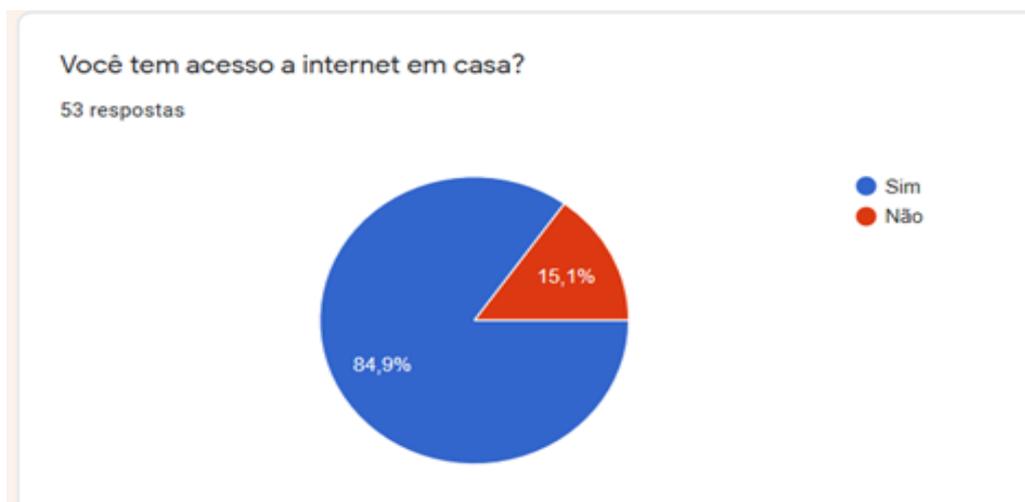


Figura 2. Acesso à internet

Fonte: MARIANO, Cícera Leite; LIMA, Edcleide Gomes de. (2020)

Outra questão sobre a interação professor aluno de 15 respostas 66,7 responderam que sim as aulas remotas prejudicaram essa interação como pode ser observado na figura 3.

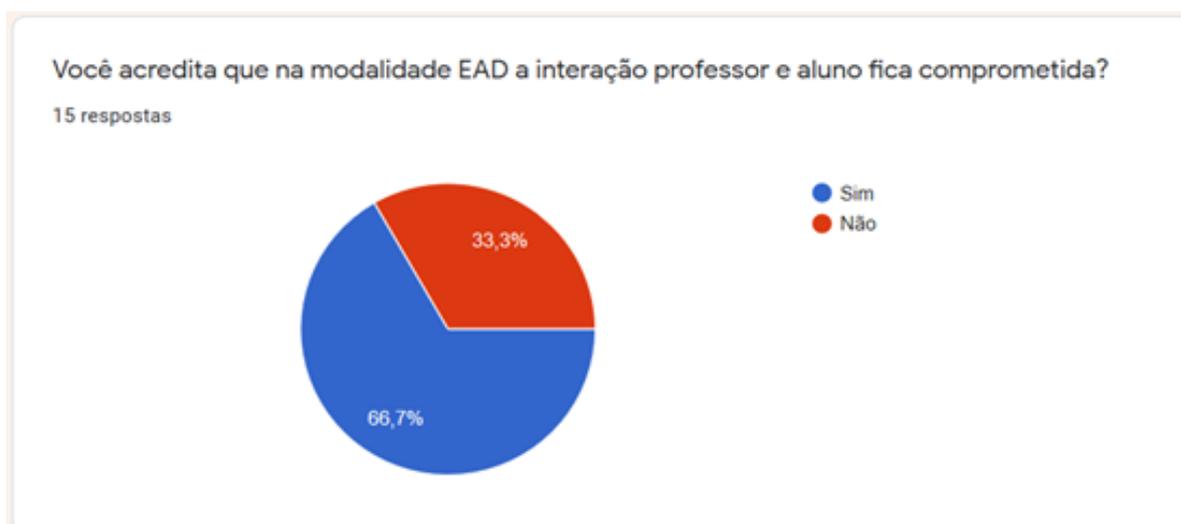


Figura 3. Interação professor e aluno

Fonte: MARIANO, Cícera Leite; LIMA, Edcleide Gomes de. (2020)

O que é compreensível e preocupante ao mesmo tempo uma vez que, o diálogo pode ocorrer de modo assíncrono por meio de aplicativos de mensagens. Mas, preocupante, pois como afirma CASTROGIOVANNI (2007) um dos propósitos da escola é motivar a vida do aluno, muitas vezes repleta de desmotivação. Principalmente no período de distanciamento social aonde muitos alunos se vêm desmotivados, o professor não consegue chegar no momento oportuno para isso.

Em uma das perguntas questionou-se o rigor do nível de ensino e de aproveitamento no ensino EAD, essa foi umas respostas que mais superou as expectativas, é comum em suas falas muitos professores dizerem que os jovens não

estão mais interessados em estudos, e como pode ser observado na figura 4 o contrário daquilo que sempre é falado, o jovens estão sim preocupada com a qualidade e rigor das aulas.



Figura 4. Nível de rigor entre o ensino presencial e o ensino EAD
Fonte: MARIANO, Cícera Leite; LIMA, Edcleide Gomes de. (2020)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Regime Especial de ensino implantado em decorrência da Pandemia de COVID-19, certamente acelerou um processo que já era tendencioso tendo em vista os avanços tecnológicos e as perspectivas neoliberais. Mas, esse Regime Especial também aflorou as disparidades existentes principalmente na rede pública de ensino.

O ensino remoto e atividades EAD é uma tendência que tende a se ampliar pelo próximo ano tendo em vistas as proporções que uma nova onda de COVID-19 vem se espalhando por diversos países, alguns não chegaram a se recuperar da primeira onda da doença. Nas instituições de Ensino Superior o ensino remoto já era conhecido o mesmo ainda está consolidando seu espaço na Educação Básica. Como uma novidade na rotina do aluno, esse novo modelo impõe diversos desafios que podem ser superados com o apoio de algumas competências da BNCC.

A novidade que surgiu com a pandemia foi o ensino remoto de emergência tornando-se a principal forma das instituições escolares continuarem a cumprir seu papel de educar os estudantes.

Esse modelo de ensino foi implementado em pouco tempo, tendo em vista que já se havia perdido tempo, nem todos tiveram tempo de se adaptar, os professores em algumas cidades e estados tiveram uma rápida formação, o que não se estende aos alunos, muitos não tinha nem ideia do que seria EAD, ou ensino remoto, e fica aqui o questionamento de como estarão essas crianças e jovens ao fim desse ano letivo? a escola é muitas vezes o refúgio de alguns alunos, lugar de segurança, como também pode ser um lugar de angústias, quais caminhos eles tomaram ao longo deste ano? irão retomar as aulas quando voltarem presencialmente? Esse é um tema bastante amplo e que ainda cabe muitas pesquisas.

REFERÊNCIAS

BASTOS, CARDOSO e SABBATINI. **Uma visão geral da educação à distância.** Acesso em <http://www.edumed.net/cursos/edu002>. 2020.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Para entender a necessidade de práticas prazerosas no ensino de geografia na pós-modernidade. In: REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; KAERCHER, Nestor André. **Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio**. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 35-48.

GIROTTO, Eduardo Donizete. **Escola, lugar e poder: as aventuras de um professor-pesquisador entre o subúrbio e a periferia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

KEEGAN, D. **Foundations of distance education**. 2. ed. Londres: Routledge, 1991.

BRINCANDO E APRENDENDO: A LUDICIDADE E OS SABERES GEOGRÁFICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Lívia Thaysa Santos de Albuquerque Gama¹, Cirlene Jeane Santos e Santos²

¹Graduada em Geografia pela UFAL, *Campus A.C. Simões* liviathaysasagama@gmail.com;

²Professora do Curso de Geografia da UFAL, *Campus A.C. Simões* cirlene@igdema.ufal.br.

RESUMO

O presente trabalho pretende discutir sobre os saberes geográficos na Educação básica, com ênfase na Educação infantil. Nesse sentido, serão elucidadas discussões acerca do uso de metodologias de ensino lúdicas que contemplem utilização de jogos e brincadeiras como forma de efetivar a aprendizagem das crianças. Os objetivos deste estudo estão centrados em apresentar metodologias de ensino que possam envolver as crianças da Educação Infantil com os saberes geográficos, a partir da utilização do lúdico através de jogos e brincadeiras, buscando um melhor aproveitamento no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem. Como recursos metodológicos serão utilizados pesquisa bibliográfica, visita exploratória ao lócus da pesquisa, intervenção em uma turma de Educação Infantil para elaboração de jogos envolvendo os saberes geográficos e relato da experiência vivenciada. Como resultado, concluiu-se que o trabalho com metodologias de ensino lúdicas, a partir das intervenções realizadas se deu de forma satisfatória, por meio da produção de jogos pedagógicos educativos, atendendo aos objetivos propostos e desse modo, colaborando com a disseminação e práxis dos saberes geográficos na Educação Infantil.

Palavras-chave: Geografia; Educação Infantil; Ludicidade.

INTRODUÇÃO

O trabalho com os saberes geográficos é importante, logo, este artigo discute o modo pelo qual estes são apresentados na educação básica, com ênfase na Educação Infantil, nesse contexto, buscou elucidar a importância de trabalhar desde os primeiros anos escolares conteúdos voltados ao ensino de Geografia, a fim de que as crianças já desenvolvam desde cedo noções espaciais, bem como aprendam a ampliar sua visão de mundo.

Compreende-se que a prática docente exige empenho e dedicação, assim como a busca por metodologias de ensino capazes de contemplar a demanda ofertada nos espaços escolares, todavia, este trabalho se torna importante por buscar elencar discussões voltadas a busca por estratégias metodológicas que visem atender o público infantil considerando-se o conhecimento geográfico, haja vista tratar-se de algo ainda pouco discutido nessa modalidade de ensino. Portanto, torna-se uma necessidade explicitar as discussões aqui contidas para melhor entendimento da temática proposta.

Nesse sentido, este estudo objetiva apresentar metodologias de ensino que possam envolver as crianças da Educação Infantil com os saberes geográficos, a partir da utilização do lúdico através de jogos e brincadeiras, buscando um melhor aproveitamento no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem.

METODOLOGIA

Os procedimentos utilizados para a elaboração deste trabalho pautam-se em revisão bibliográfica a fim de buscar embasamento teórico que fundamente as discussões postas no decorrer do texto; visita ao lócus da pesquisa, Escola Municipal de Ensino Fundamental em Tempo Integral Professor Mário César Fontes, no município de Arapiraca para conhecer como se dá o trabalho com os saberes geográficos; intervenção em uma turma de Educação Infantil, a partir de roda de diálogo com as crianças, tendo por objetivo tomar conhecimento sobre as reais necessidades da turma, para então dar início a elaboração de jogos envolvendo os saberes geográficos e relato da experiência vivenciada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Compreende-se que a Geografia é uma ciência ampla e muito importante para o entendimento do mundo, assim como para o desenvolvimento das crianças é fundamental as noções de espacialidade, orientação e lateralidade. “Cabe destacar que ao longo da educação infantil, os alunos devem construir um conjunto de conhecimentos referentes a conceitos, procedimentos e atitudes, relacionados ao campo da renovada geografia e áreas afins”. (VIDAL; GOMES; BERBAT, 2014, p. 9) Nesse sentido, a alfabetização geográfica se faz necessária desde os primeiros anos escolares das crianças.

Para que seja feita a alfabetização geográfica nos anos iniciais, em especial na educação infantil, é essencial que o docente busque por estratégias metodológicas lúdicas que envolvam a criança e possibilitem a ela o entendimento dos conteúdos de forma divertida, tendo em vista que nessa fase estas não conseguem assimilar conceitos. Para Silva (2015, p. 2) “O importante é poder trabalhar, no momento da alfabetização, com a capacidade de ler o espaço, com o saber ler a aparência das paisagens e desenvolver a capacidade de ler os significados que elas expressam”. A busca por metodologias lúdicas é necessária nessa modalidade de ensino, bem como recursos que se utilizem da tecnologia.

De acordo com Vasconcelos e Carvalho (2017, p. 346) “Na educação infantil os recursos audiovisuais são muito bem vindos [...] Além da tecnologia, o uso de jogos e atividades lúdicas como recurso pedagógico para as aulas de Geografia também é válido, pois a partir das brincadeiras as crianças desenvolvem noções básicas de orientação e espacialidade”. É nesse contexto que se destaca que “A aproximação entre o cotidiano dos alunos e os jogos contribuem para uma aprendizagem mais significativa fazendo com que a criança aprenda com mais facilidade”. (VASCONCELOS; CARVALHO, 2017, p. 346). Nesse sentido, reafirma-se a importância de se trabalhar a partir de metodologias criativas que envolvam o concreto, a fim de que a partir dessas práticas a criança consiga ressignificar os conteúdos propostos em cada jogo/brincadeira.

Nos primeiros anos escolares a ciência geográfica enfatiza a importância que há em ensinar aos alunos a realizar a leitura do meio em que vivem, ou seja, do espaço produzido, desse modo estarão já iniciando uma leitura de mundo. “É na educação infantil o momento propício para uma abordagem da Geografia de maneira a proporcionar uma formação que vá além da sala de aula, projetando a criança para ler o mundo, a começar em seu entorno”. (VASCONCELOS; CARVALHO, 2017, p. 349).

Silva (2015, p. 2) afirma “[...] a adoção de conteúdo geográfico na educação infantil, associado à motricidade e lateralidade são fundamentais para que os alunos iniciem à formação do conceito de espaço e lugar, ainda que de forma inconsciente e associativa, permeada de percepção e mensuração do espaço [...]”. Tomando como base a afirmação feita pela autora podemos perceber a relevância que há em associar os conteúdos geográficos às brincadeiras e jogos no cotidiano escolar, haja vista esta prática possibilitar às crianças a compreensão de forma mais concreta dos fenômenos estudados.

Nóbrega (2007, p. 51) destaca “As práticas pedagógicas do ensino fundamental e da educação infantil distinguem-se [...], mas as abordagens das questões metodológicas para o ensino dos conceitos geográficos são objeto de interesse de todos os níveis de ensino da educação básica”. O ensino dos saberes geográficos, no entanto, apresenta como essencial a formação dos sujeitos desde os primeiros anos escolares, sendo o processo de alfabetização geográfico também considerado importante nesse contexto, haja vista ser na infância que a criança desenvolve-se cognitivamente.

Na Educação Infantil é comum a utilização de brincadeiras e jogos que envolvam a ludicidade, no entanto, ainda em relação à alfabetização geográfica nota-se que existem dificuldades ao associar os saberes da geografia às brincadeiras e mesmo durante o cotidiano das aulas. Todavia, evidencia-se que “[...] o ensino de geografia se faz necessário nas primeiras fases da vida com vistas a promover o desenvolvimento cognitivo, corporal, social e cultural do indivíduo bem como contribuir para o entendimento das formas de relacionamento humano e suas ações no ambiente e vice-versa” (VASCONCELOS; CARVALHO, 2017, p. 343). Nessa fase da infância as crianças ainda se utilizam bastante do movimento para comunicar-se, desse modo, “[...] utiliza muito da linguagem corporal para expressar seus sentimentos, pois a linguagem oral e escrita se desenvolve mais tardiamente [...] Para isso, as atividades devem permitir um maior reconhecimento do uso do corpo da criança para situá-la no tempo e no espaço” (VASCONCELOS; CARVALHO, 2017, p. 347).

Contudo, afirma-se que o ensino de geografia não está associado apenas ao ensino fundamental II, mas os saberes geográficos já estão vinculados ao ensino desde os primeiros anos escolares, bem como na educação infantil. No entanto, faz-se necessário realizar algumas adaptações no que se refere a forma pelo qual estes são trabalhados pelo professor no espaço escolar. Para Souza (2017 p. 149) “[...] é função do professor perceber o significado e a amplitude do que fora ensinado”. É nesse contexto que se afirma que por meio da utilização de estratégias metodológicas é possível inserir as experiências vivenciadas pelo aluno no cotidiano.

Investigou-se mediante visita exploratória de campo como se dava o ensino dos saberes geográficos na turma de Educação Infantil, Pré-Escolar II, bem como poderiam ser postos em prática os jogos e/ou brincadeiras como proposta metodológica no ensino de geografia em tal modalidade de ensino. Mediante observação, concluiu-se que a produção de jogos pedagógicos seria mais oportuna para a efetivação da intervenção. Feitos esses apontamentos, pensou-se nos conteúdos a serem trabalhados e quais seriam os jogos a serem desenvolvidos. Em conversa com as crianças, buscou-se saber quais seriam os jogos que eles gostariam de jogar em sala com os colegas, e a partir desse diálogo foi possível descobrir o tipo de jogo que seria utilizado, partindo dessa informação os conteúdos que seriam trabalhados, fora os (Tipos de moradia – através do jogo Octothorpe, mais conhecido como jogo da velha, de origem latina, sendo o prefixo OCTO – referente aos oito espaços em branco que cercam o quadrado central ou as extremidades das retas que se cruzam; enquanto o sufixo THORPE – de Jim

Thorpe, que foi um atleta norte americano de primeira metade do século XX, tendo sido considerado um dos maiores esportistas do século); (Meios de transporte – por meio do jogo da memória).

Para o desenvolvimento dessa atividade lúdica foram pensados em dois momentos, o primeiro seria uma roda de diálogo tratando da importância dos tipos de moradia para a sociedade, assim como os meios de transporte, sempre associando a realidade cotidiana das crianças. Para o segundo momento, sendo este operacional foi feito o levantamento dos recursos necessários para a elaboração dos referidos jogos. As figuras 1, 2 e 3 mostram a confecção dos jogos com as crianças.



Figuras 1, 2 e 3 – Confecção dos jogos pedagógicos educativos

Fonte: Acervo do autor, 2019.

Para a produção dos jogos foram utilizados recursos simples, muito comuns na utilização de atividades na Educação Infantil, a saber: papel A4, cola branca, cola para EVA, tesoura, lápis de cor e EVA. A confecção do material se deu por meio da produção coletiva das crianças, partindo inicialmente do recorte da pintura, e posteriormente a colagem no material emborrachado.

As experiências obtidas com a confecção dos jogos pedagógicos educativos foram exitosas, na medida em que as crianças se realizavam durante a confecção de tais ferramentas, pois o processo de ensino-aprendizagem se dá durante todo o processo. O brincar na Educação Infantil representa o meio pelo qual a criança aprende os conteúdos de forma mais prazerosa, e a busca pelo lúdico neste processo é fundamental, haja vista ser uma necessidade sua adoção nas práticas de ensino cotidianas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Geografia é uma ciência que tem por seu objeto de estudo o espaço geográfico, torna-se indispensável o seu conhecimento desde as séries iniciais, e também na educação infantil. Nesse contexto, mesmo sendo esta uma modalidade que possui eixos norteadores, os saberes geográficos podem ser trabalhados a partir de metodologias lúdicas por meio de jogos e brincadeiras. Nesse sentido, tanto o professor, quanto a escola precisam adaptar suas ações para que estes conteúdos possam ser trabalhados com maior êxito.

Portanto, a busca por estratégias metodológicas atrativas tornou-se necessária para que se tenha sucesso no processo de ensino-aprendizagem, e diante dessa

afirmação destacam-se as contribuições que o lúdico possibilita por meio dos jogos para a efetivação do saber/conhecimento para a Educação Infantil. Logo, os objetivos deste trabalho foram alcançados, sendo as experiências vivenciadas a partir da aplicação dessa proposta exitosas resultando em um rico processo de ensino e aprendizagem, contribuindo, desse modo, com a prática dos saberes geográficos na Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

NÓBREGA, Maria Luiza Sardinha. **Geografia e Educação Infantil: Os croquis de localização – Um estudo de caso.** Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-15102008-120233/pt-br.php>>. Acesso em 18 de Dezembro de 2019.

SILVA, Adalgisa Aparecida. Uso de conteúdo geográfico na educação infantil, um subsídio à introdução de conceitos geográficos para as séries iniciais. *In: II CONEDU – Congresso Nacional de Educação.* Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA17_ID6501_17082015141825.pdf>. Acesso em 25 de Agosto de 2019.

SOUZA, Júlio César Oliveira. “Professor é pra copiar? “O recurso lúdico nas aulas de Geografia como mediador da aprendizagem na educação básica. *In: ALMEIDA, Jacqueline Praxedes. et. al. [org]. Ensinando Geografia na Educação Básica: práticas docentes na sala de aula.* Maceió, EDUFAL, 2017, 226p.

VASCONCELOS, Carlos Alberto. CARVALHO, Diana Mendonça. Contextualizando o Ensino de Geografia na Educação Infantil. *In: IX Fórum Nacional NEPEG de formação de professores de geografia.* Disponível em: < http://nepeg.com/newnepeg/wp-content/uploads/2017/02/GT2_17_Contextualizando-o-ensino-de-Geografia-na-educa%C3%A7%C3%A3o-infantil.pdf>. Acesso em 25 de Agosto de 2019.

VIDAL, Andressa Farias. GOMES, Vanessa Manhães. BERBAT, Márcio da Costa. Refletindo sobre as crianças e a organização do espaço geográfico na escola. *In: Revista AlcanCead*, vol. 02 – n. 2, 2014.